

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CAMPUS VII- CODÓ**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**SAMARA DE JESUS CRUZ**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS ESCOLAS**  
**NO/PARA O CAMPO DO MUNICÍPIO DE CODÓ/MA**

**CODÓ/MA**

**2019**

**SAMARA DE JESUS CRUZ**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS ESCOLAS  
NO/PARA O CAMPO DO MUNICÍPIO DE CODÓ/MA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade Federal do Maranhão- UFMA - Campus VII - Codó, para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

**Orientadora:** Profa. Ma. Kelly Almeida de Oliveira.

CODÓ/MA

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

de Jesus Cruz, Samara.

Educação campo : desafios e perspectivas das escolas  
do/no campo do município de Codó/MA / Samara de Jesus  
Cruz. - 2019.

63 f.

Orientador(a): Kelly Almeida de Oliveira.

Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,  
Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 2019.

1. Educação do Campo. 2. Escola Família Agrícola. 3.  
Pedagogia da Alternância. I. Almeida de Oliveira, Kelly.  
II. Título.

**SAMARA DE JESUS CRUZ**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS ESCOLAS DO/NO  
CAMPO DO MUNICÍPIO DE CODÓ/MA.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade Federal do Maranhão- UFMA - Campus VII - Codó, como requisito parcial para o título de licenciada em Pedagogia.

APROVADA EM: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

NOTA: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª. Ma. Kelly Almeida de Oliveira

Orientadora

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

---

Profª.Esp. Maria Socorro Quinzeiro

Examinadora 1

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

---

Profª.Ma. Gleiciane Brandão Silva

Examinadora 2

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Dedico este trabalho a minha família pela compreensão e apoio. E aos educadores e pesquisadores da Educação do Campo, pelas discussões e por criar possibilidades de práticas educativas para atender as necessidades das pessoas que vivem no Campo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade de ingressar no ensino superior e pela conclusão da graduação.

A minha mãe, Adelaide Maria e meu pai Benedito Alves Cruz que não mediram esforços para garantir a seus filhos uma vida digna por meio do conhecimento. Ao meu esposo Diego Ferreira por todo apoio, compreensão e por ficar feliz também com as minhas conquistas.

A Prof<sup>ª</sup>.Ma. Kelly Almeida de Oliveira minha orientadora, pela disponibilidade, orientação, confiança, paciência e compreensão ao longo de todo esse tempo de formação. Aos professores do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão Campus VII- Codó que de maneira significativa contribuíram para a minha formação e construção deste trabalho. Agradeço aos meus amigos da graduação Irislene, Glecyana, Laiane, Lucelia, Quezia, Rosana, Ronaldo, Tercília e Síndila pela cumplicidade nas horas de alegrias e de angústias vivenciadas ao longo desta etapa.

A todos os profissionais e alunos da Escola Família Agrícola Codó que fizeram o que foi possível para contribuir com a minha pesquisa.

*A educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo.*

*No: o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.*

*Roseli Caldart*

## RESUMO

A educação do campo esteve, historicamente, subjugada ao modelo urbano-tecnocrata de educação, que desvaloriza a vida do camponês e supervaloriza o modo de vida urbano. A partir de estudos históricos com relação à Educação do Campo, surge a seguinte indagação: por que a educação do campo é tratada com planos inferiores? Nesse sentido, a razão desse estudo decorre de motivo pessoal, devido ser filha de trabalhadores rurais que deixaram o campo para que os filhos estudassem na zona urbana. Esta monografia tem como objetivo analisar as perspectivas da Pedagogia da Alternância que orienta o Projeto Político Pedagógico da instituição Escola Família Agrícola. A pesquisa visa conhecer as especificidades da prática pedagógica utilizando a Pedagogia da Alternância, assim como discutir a importância das escolas do campo como representação a identidade camponesa, além disso, o estudo discute acerca da formação desse profissional enquanto Educador e quais as estratégias utilizadas no processo de ensino e aprendizagem nesse âmbito da educação, além de abordar sobre quais atividades são desenvolvidas nesses lugares e os métodos desenvolvidos numa perspectiva de formação integral. A pesquisa foi realizada em uma instituição comunitária denominada Escola Família Agrícola Rita Lore Wicklein, localizada na estrada BR MA 026 no Povoado Monte Cristo, município de Codó - MA. É uma pesquisa qualitativa descritiva com enfoque fenomenológico, que inicia-se com a pesquisa bibliográfica e de campo utilizando como técnica de coleta de dados a observação e entrevistas semiestruturadas com os profissionais que atuam e fazem parte do contexto da instituição. A fundamentação desse estudo se deu mediante o diálogo com diversos teóricos como: Caldart, Jesus, Estevam, Molina, Silva, Gimonet, dentre outros, que possibilitaram o aporte teórico às experiências narradas pelo sujeito. Os resultados indicam que a Alternância Pedagógica tem sido entendida como possibilidade dos educandos continuarem seus estudos e permanecerem vivendo e trabalhando nos territórios rurais, pelo reconhecimento de diferentes espaços/tempos de aprendizagem, que envolvem tempo acadêmico e tempo comunidade, favorecendo o diálogo entre os conhecimentos científicos e os saberes construídos socialmente pelos sujeitos.

**Palavras-chave:** Educação do Campo; Pedagogia da Alternância; Escola Família Agrícola.

## ABSTRACT

The education of the countryside has historically been subjugated to the urban-technocratic model of education, which devalues the peasant's life and overvalues the urban way of life. From historical studies in relation to Field Education, the following question arises: why is education in the countryside treated with inferior plans? In this sense, the reason for this study stems from personal reasons, due to being the daughter of rural workers who left the field for their children to study in the urban zone. This monograph aims to analyze the perspectives of the Pedagogy of Alternation that guides the Political Pedagogical Project of the institution Family School Agricultural. The research aims to know the specificities of the pedagogical practice using the Alternation Pedagogy, as well as to discuss the importance of rural schools as a representation of peasant identity, in addition, the study discusses the formation of this professional as an Educator and which strategies are used in the process teaching and learning in this field of education, as well as to discuss what activities are developed in these places and the methods developed in an integral education perspective. The research was carried out in a community institution called the Rita Lore Wicklein Family Agricultural School, located on BR MA 026 road in Monte Cristo Village, municipality of Codó - MA. It is a descriptive qualitative research with phenomenological focus, which begins with the bibliographical and field research using as data collection technique the observation and semi-structured interviews with professionals who work and are part of the institution context. The foundation of this study was the dialogue with several theorists such as: Caldart, Jesus, Estevam, Molina, Silva, Gimonet, among others, that allowed the theoretical contribution to the experiences narrated by the subject. The results indicate that Pedagogical Alternation has been understood as a possibility for students to continue their studies and to remain living and working in rural territories, for the recognition of different learning spaces / times, involving academic time and community time, favoring the dialogue between the knowledge and the knowledge built socially by the subjects.

**Keywords:** Field Education; Alternation Pedagogy; Agricultural Family School

## **LISTA DE SIGLAS**

CFR – Casa Família Rural

CNE – Conselho Nacional de Educação

PEE – Plano Estadual de Educação

EFA – Escola Família Agrícola

FO - Folha de Observação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC - Ministério da Educação

MST – Movimento Sem terra

PE - Plano de Estudo

PRONERA - Programa Nacional na Reforma Agrária

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

SEMECTI – Secretaria Municipal de Educação Ciência, Tecnologia e Inovação

CCR – Conselho Comunitário Rural

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	14
3 PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: Casas Familiar Rural (CFRS) Escolas Família Agrícolas (EFAS), formação de professores(as) e práticas pedagógicas do/para o campo. ....	24
3.1 Casa Familiar Rural (CFR).....	26
3.2 Escola Família Agrícola (EFA).....	27
3.3 Curso Pedagogia da Terra.....	28
4 EDUCAÇÃO DO CAMPO: Um olhar sobre a Escola Família Agrícola EFA/Codó.....	33
4.1 Caracterização da pesquisa de campo .....	33
4.2 Caracterização do campo de pesquisa .....	34
4.3 Sujeitos participantes.....	36
4.4 Análise das observações .....	37
4.5 Análise dos dados (entrevistas) .....	38
4.6 Conclusão da pesquisa de campo .....	42
5 APONTAMENTOS FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS .....	46
APÊNDICES .....	50

## 1 INTRODUÇÃO

A educação do campo no Brasil, por consequências socioculturais sempre foi tratada com planos inferiores. Durante o período colonial, para as pessoas que exerciam atividades agrícolas, não eram considerado como necessário ter habilidades com a leitura ou escrita e não existiam políticas educacionais condizentes para as pessoas que viviam no campo, que neste caso, eram especificamente os escravos, índios ou imigrantes. A educação era considerada como instrumento para atender apenas as necessidades da elite, conforme Rodrigues e Bonfim (2010, p.1375) afirmam que:

As pessoas do campo sempre foram consideradas sem cultura, sem educação e, pior, como se servissem apenas para trabalhar no campo, e que, portanto não precisariam de uma educação formal. Por isso dá importância de estudar sobre legislações que garantem o direito à educação de qualidade a população camponesa, a fim de verificar quais os direitos educacionais cabíveis a essa parcela da população que possui necessidades e interesses específicos, os que diferenciam da população urbana.

Partindo desta premissa, Breitenbach (2011, p.116) em sua pesquisa, enfatiza que com a urbanização e industrialização as pessoas começaram a perceber que seus filhos poderiam ter outras condições de vida fora da zona rural. Nesse sentido, com o acesso à educação, os camponeses começaram a idealizar a partir da urbanização e industrialização uma mudança social que contribuiu para o êxodo rural.

A partir de estudos históricos com relação à Educação do Campo, verifica-se que esta começa a se destacar da segunda metade do século XX, a partir dos movimentos sociais, que desejavam uma educação voltada para atender as necessidades da população do campo. Dando ênfase a uma educação que valorizasse a cultura e a identidade dessa população, como nas considerações de Caldart (1997p.42) indicando que:

A educação do campo inicia sua atuação desde a radicalidade pedagógica deste movimentos sociais e entra no terreno movediço das políticas públicas, da relação com um Estado comprometido com um projeto de sociedade que ela combate, se coerente for com sua materialidade e vínculo de classe de origem.

Diante deste cenário, a educação do campo é um conceito que surgiu por meio de lutas dos movimentos sociais, particularmente o Movimento Sem Terra (MST), que lutam por uma educação do campo digna, com a participação de todos os envolvidos, sem intervenção do Estado. Neste contexto, o Conselho Nacional de Educação (CNE) ressalta que as escolas do campo, quanto à organização e o funcionamento, respeitarão as diferenças quanto a sua atividade econômica, estilo de vida, cultura e tradições (BRASIL, 2000). Além disso, utilizarão de metodologias de ensino com temas geradores, Pedagogia da Alternância e eixos temáticos,

buscando atingir conhecimentos que viabilizem a permanência do trabalhador rural do campo com qualidade de vida, valorização social e econômica.

As Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo representam um importante marco para Educação do Campo, porque contemplam e refletem um conjunto de preocupações conceituais e estruturais presentes historicamente nas reivindicações dos movimentos sociais, entre elas, destaca-se a valorização da diversidade da comunidade campesina (BRASIL, 1996).

Nessas escolas de acordo com a Lei de Diretrizes e Base (LDB) o sistema de ensino educacional deve ser adequado às prioridades da vida rural, assegurando conteúdos e metodologias adaptadas aos interesses da população do campo (Ibid, 1996). Dessa forma a Pedagogia da Alternância se configura como uma das maneiras de promover a educação com características próprias para o atendimento da comunidade campesina.

A Pedagogia da Alternância é um método que busca a interação do estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover uma constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida, trabalho e escola. De acordo com Estevam (2012, p.31), a formação por alternância:

Numa busca constante de articulação entre os universos muitas vezes considerados, opostos, entre a teoria e prática, entre o abstrato e o concreto; a alternância coloca frente a frente a realidades diferentes: a escola com a lógica de transmissão do saber e a família com a lógica de pequena produção. Deste modo, a formação por alternância apresenta uma dinâmica que traz consigo a relação entre o meio escolar e o meio familiar.

Neste sentido, a Pedagogia da Alternância é compreendida como uma alternativa de educação para atender as especificidades da comunidade campesina, envolvendo uma relação de interação em diferentes espaços de aprendizagens. Dessa forma, o interesse em pesquisar sobre esse tema, decorre no primeiro momento de caráter pessoal, devido ser filha de trabalhadores rurais, que saíram do campo e foram morar na zona urbana para que os filhos pudessem estudar e da preocupação processo de nucleação das escolas do campo do município de Codó/MA, no qual se entende que deveria abrir mais escolas e não fechá-las. Por isso, a necessidade de ouvir as pessoas que vivem no campo, dar visibilidade às pessoas do campo, discutir a importância da formação diferenciada para os alunos do campo e permitir que a comunidade campesina aponte seus desafios, fragilidades assim como a importância de usufruir do seu direito de uma educação de qualidade no e para o campo.

Desde modo, adentrar ao universo da Educação do Campo é se propor a contribuir para a visibilidade das escolas do campo, assim como a valorização da educação no seu espaço de convívio, que é um direito das pessoas que vivem no campo.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as perspectivas da Pedagogia da Alternância que orienta o Projeto Político Pedagógico da Instituição Escola Família Agrícola do município de Codó-MA. Os objetivos específicos consistiram em: conhecer os princípios e metodologia da Pedagogia Alternância na EFA; discutir a importância de escolas que representa a identidade da comunidade campesina; e Propor a discussão da formação dos professores para as escolas do campo.

Para alcançar tais objetivos, fez-se necessário o uso da metodologia da pesquisa qualitativa, descritiva, pautada na perspectiva fenomenológica, dividida nas etapas pesquisa bibliográfica, e de campo, utilizando as técnicas de observação não participativa ocorreu nos dias 23 e 24 de abril e entrevistas entre os dias 17 a 24 de maio na EFA. Em seguida, análise das informações coletadas em entrevistas semiestruturadas realizada com profissionais da EFA (coordenador, monitor) alunos, ex-alunos e pais de alunos, trazendo contribuições para a pesquisa. Para compreensão e contextualização da temática Educação do Campo recorremos a Rodrigues (2010), Bonfim (2010), Breitenbach (2011), Ferreira (2011), Brandão (2011), Caldart (2002), e outros autores que subsidiaram teoricamente este estudo. Os estudos de Estevam (2012), Martins (2012), Jesus (2011), Piatti (2014) nos oportunizaram o entendimento da Escolas Família Agrícola e Pedagogia da Alternância como proposta pedagógica e da utilização dos seus instrumentos para colaborar com a prática educativa do campo.

O presente estudo está organizado em três capítulos, primeiro inicia-se com a introdução, fazendo uma breve apresentação da pesquisa. O primeiro capítulo com o tópico contextualizando a Educação do Campo, apresenta elementos da contextualização da Educação do Campo no Brasil, no Maranhão e no município de Codó, sua história e estruturação a partir das reivindicações e luta dos movimentos sociais.

No segundo capítulo, apresentamos a proposta da Pedagogia da Alternância e o Curso Pedagogia da Terra. Inicia-se com um breve histórico, perpassando pelos aportes teóricos e com destaque as principais instituições que a utilizam no processo educativo, as experiências por alternância, além da contribuição do Curso Pedagogia da Terra para a formação de professores e práticas pedagógicas para a Educação do Campo.

Em seguida são expostos os caminhos percorridos para realização da pesquisa de campo, elucidando os encaminhamentos metodológicos, análise dos dados coletados através das entrevistas realizadas e a organização das entrevistas.

Por fim, estarão as considerações finais com as impressões acerca de toda a pesquisa realizada reforçando a necessidade de ampliação e aprofundamento de estudos de modo analisar a educação por alternância na perspectiva da formação de professores para o campo.

## 2 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A história da Educação do Campo no Brasil prossegue marcada por trajetória de lutas e conquistas ao longo do tempo para ganhar espaço e ser reconhecida. Durante o período colonial, não era considerado necessário o desenvolvimento de um sistema educacional. Portanto as pessoas que exerciam as atividades agrícolas não sentiam a necessidade de aprender ler e escrever para trabalhar com a terra.

Neste contexto, segundo Breitenbach (2011, p.117) “a escola do Brasil no século XX, servia apenas para atender as elites, negando o acesso a população rural”. Partindo deste pressuposto, a autora ainda destaca que a educação só passou a ser percebida de modo geral, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no ano de 1932, e também devido à urbanização e industrialização do país.

Contudo, o processo de urbanização gerado pelo período industrial contribuiu gradativamente para o êxodo rural. Os camponeses começaram a visualizar um futuro diferente para seus filhos, longe do serviço braçal e fora da zona rural. Ou seja, a partir do acesso à educação causado pela urbanização e industrialização passou a ser visto pelos trabalhadores rurais como um fator que poderia gerar mudança social.

O campo é visto como um espaço atrasado e marginalizado, apenas um lugar de produção agropecuária no qual a cidade é o único modelo para ter acesso à educação. A Educação do Campo tem como objetivo possibilitar a educação das crianças, jovens e adultos que moram no campo. De acordo, com Rodrigues e Bonfim (2010, p.1374)

Trata-se de uma política pública que possibilita o acesso de milhares de pessoas que vivem fora do meio urbano e que precisam ter esse direito garantido nas mesmas proporções em que é garantido para a zona urbana.

É importante ressaltar, que a educação do campo é voltada para um público alvo específico, o que faz com que a educação oferecida nas escolas situadas no campo considere a cultura e identidade das pessoas que lá residem, valorizando e enriquecendo a cultura camponesa, que historicamente foi e continua sendo desprestigiada pelo espaço urbano.

Diante desse cenário, os movimentos sociais sempre travaram lutas em busca de uma educação do campo e para o campo condizente com suas realidades e necessidades. Para que a educação do campo seja entendida como um todo, deixando essa concepção antiga que o homem do campo não precisa estudar, o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras do campo foi um divisor de águas para educação do campo devido o mesmo lutar por Reforma Agrária, e também pelo direito à educação. Assim, Caldart (2003, p.51) destaca que:

O Movimento Sem Terra, MST, foi criado formalmente no primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que aconteceu de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel no Estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 Estados e segue os mesmos objetivos definidos neste encontro de 1984, e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, no ano de 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela reforma agrária e pela construção de uma sociedade mais justa sem explorados nem exploradores. Desde da sua criação o MST incluiu em sua agenda política a luta por escola, e a discursão sobre que escola deveria fazer parte da vida da família sem terra.

O Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra (MST) é um movimento social que luta pela Reforma Agrária no nosso país, tendo como objetivo a luta pela terra e condições de trabalho necessárias para uma vida mais digna para a população brasileira no campo e na cidade. Segundo, Rodrigues e Bonfim (2010, p.1375) “a educação do campo nos últimos tempos vem ganhando destaque devido os movimentos sociais que defendem a educação do campo no campo como direito dos trabalhadores rurais”.

Os movimentos sociais, lutam contra o tipo de educação excludente, eles buscam uma educação que inclua tanto os conhecimentos da cidade para uma educação plena como para a Educação do Campo que contemple as suas necessidades para que os sujeitos se sintam parte do processo educativo e possa contribuir para o desenvolvimento das próximas gerações. As pessoas que residem no campo precisam de uma educação que reflita sobre as suas necessidades. A luta por uma educação do campo para o campo. Sendo assim, é muito além de buscar conhecimentos e lutar pela formação social do sujeito, apenas.

Promover a valorização da identidade sociocultural das pessoas do campo, conforme Cavalcanti (2009.p.6), é contribuir de forma qualitativa no ensino do homem, mulheres e crianças do campo, com conteúdo e objetivos próximos da sua realidade camponesa. Diante disso, ao analisarmos o contexto histórico sobre a Educação do Campo, podemos perceber que os trabalhadores do campo, no que se refere a educação no Brasil, durante muito tempo foram relegados à marginalidade, no tocante à falta de políticas públicas que fossem ajustadas com seu modo de vida.

Contudo, Ferreira e Brandão (2011, p.3) ressaltam que a primeira lei que tratava sobre educação no Brasil, não se falava sobre educação do campo, somente a educação de modo geral. A Constituição Federal de 1934, tratava sobre a educação do campo de modo superficial. Apenas um Artigo, o 156, parágrafo único, foi designado para a educação do campo no qual destacava que: “para a realização do ensino na zona rural, a União reservara no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas a educação no respectivo orçamento anual” (BRASIL,1934), ou seja, abordava apenas o orçamento destinado à Educação do Campo.

Na Constituição Federal de 1837, permanece o descaso com a Educação do Campo. Ela não é mencionada diretamente. Alguns elementos existentes indicam que a educação no Brasil não priorizava essa modalidade. O Art. 129 indicou ser “dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados” (BRASIL,1937). A Constituição enfatizava o ensino pré-vocacional e profissional, apenas para formar mão de obra qualificada. Sobre isso, Ferreira e Brandão (2011, p.6) salientam:

A implantação de modelo urbano-tecnocrata de educação no campo estava de acordo com uma política, embora ainda não oficial, que tinha o campo como fornecedor de mão de obra para a indústria e a escola como ferramenta de lapidação dessa mão de obra. A orientação político educacional capitalista fica bem explícita, sugerindo a preparação de um contingente maior de mão de obra para as novas atividades abertas no mercado à industrialização.

A organização brasileira acontecia sobre forte influência do positivismo, e com isso veio a valorização da indústria, dando maior importância ao modo de vida e produção urbana, desvalorizando as outras formas de vida e trabalho. E conseqüentemente, deixando de lado as pessoas que residiam e produziam no campo.

Silva (2004, p.4) afirma que “a partir do anos de 1950, começa um processo de dualismos no qual as economias começam a trilhar caminhos diferentes no Brasil”. A agricultura e a indústria percorrem caminhos distintos. Um foi considerado moderno e avançado o outro arcaico e atrasado. Sandroni (1999, p.186) pontua que essa forma de pensar sobre os setores econômicos (um avançado e outro atrasado) foi típico de um país em processo de industrialização que contribuiu para mudanças no pensamentos dos dirigentes e das elites rurais em busca do desenvolvimento industrial.

Ao analisamos a história da Educação do Campo no Brasil, fica evidente que os governantes, com o desenvolvimento industrial, tiveram um visão dualista; para um setor, o abandono (no caso o rural) e, para outro (urbano) apoio e incentivo. O intuito dos governantes era que os pequenos produtores e trabalhadores rurais se mudariam para a zona urbana devido ao fato das indústrias estarem precisando de mão-de-obra e não havia programas que os auxiliassem no campo para que os trabalhadores rurais permanecessem no campo. Portanto, nesse período (1950-1960), percebemos uma migração forçada para os centros urbanos.

A educação no Brasil, na década de 1960, entra no processo de universalização, no sentido de atender às novas necessidades econômicas do país. As escolas passaram a ser públicas destinadas aos pobres, à classe trabalhadora, com a finalidade de formar técnicos para as indústrias. Contudo, permitir o acesso à escola a todos não garantia a permanência dos mesmos. Os alunos oriundos do campo, ao chegarem na zona urbana, não se identificavam com

a escola, pois seus conteúdos e finalidades estavam distantes da suas vivências e origens camponesas.

Na primeira metade do século XX, o governo brasileiro autorizou a criação dos colégios agrícolas. A Constituição Federal de 1946, em seu o artigo 168 prescreveu, “empresas, industriais, comerciais e agrícolas [...] são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes”.

Os colégios formam instituições criadas dentro das grandes propriedades rurais com o objetivo de produzir uma mão- de- obra técnica e especializada de atendimento aos produtores rurais que se utilizavam do trabalho barato/gratuito dos estudantes para se enriquecerem. Na prática ocorreu exploração da mão-de-obra de estudantes na produção agrícola, acobertados pela constituição, estado e por outras formas legais (CASTRO, 2003, p. 29)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº4024, no Título III, art.32, ressalta que “os proprietários rurais que não puderem manter escolas primárias para as crianças em suas glebas deverão facilitar sua frequência às escolas mais próximas ou a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades (BRASIL,1961).

Entretanto, é notório que a preocupação não era que a educação fosse para todos e que os camponeses fossem atendidos com o direito à educação. Mas sim, o aprimoramento da mão-de-obra qualificada para contribuir no desenvolvimento das indústrias nos centros urbanos. Nesse sentido, Castro (2003, p.31) “aborda que a promulgação do Estatuto da Terra, por meio da Lei 4.504 de 30 de Novembro de 1964, além da educação, deu continuidade às políticas regulando os direitos e obrigações ao bens imóveis rurais”. Partindo desse aspecto, Sandroni (1999, p.222) defende que:

a provação do estatuto em início do governo militar foi uma jogada de mestre para conter as pressões sociais que ocorriam no Brasil desde da década de 1950 e não para implementar reformas sociais no campo ou nas cidades, a não ser visando a industrialização.

O Estatuto da Terra buscava a harmonia entre a indústria e o campo, no sentido de tentar travar as lutas pela Reforma Agrária que já estava ganhando espaço pelo Brasil a fora. Porém, essa busca pela harmonização não teve o êxito esperado, devido a continuação dos movimentos sociais em busca da Reforma Agrária, no qual acabou levando o governo a criar estratégias de ações contra o Estatuto da Terra.

Teoricamente, o Estatuto da Terra ajudou a organizar o valor de vendas dos imóveis, estabeleceu critérios para definição de pequenas, médias e grandes propriedades, assim como critérios para estabelecer o que é agricultura familiar e o uso racional da terra. Contudo, isso apenas na teoria, pois na prática o Estatuto da Terra teve suas limitações e não cumpriu seus deveres sociais e políticos.

Leite (1999, p.55) afirma que com o fim do Governo Militar e o início da Nova República em 1985, o que se pode perceber foi políticas de ensino na zona rural. Apenas com a Constituição de 1988, teve indicação a educação mesmo que de certa forma não estava direcionada à Educação do Campo. O artigo 205 apresenta que:

A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL,1988).

No entanto, o artigo 206, prescreve que “deve haver [...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Portanto, coloca-se o Estado como responsável para prover a educação para todos sem distinção de raça, cor ou localização. Entretanto, apesar da indicação, entendemos que nunca houve igualdade de acesso à escola, principalmente, em relação às escolas do campo devido às dificuldades que as escolas no campo sofreram ao longo da história e continua sofrendo até os dias atuais sendo tratada com descaso pelos governantes.

A Constituição de 1988 trouxe contribuições importantes para a luta do direito da população rural para ter um plano político educacional. A Constituição abriu caminhos para que outras leis pudessem organizar à Educação do Campo com o respeito e dignidade para as pessoas que residem no campo. Sobre essas conquistas, a partir da Constituição, Leite (1999, p.56) reforça que:

Abre-se um caminho, e novas conquistas são efetivadas por meio das intensas manifestações da sociedade rural. Personificada na figura dos movimentos sociais do campo, como por exemplo temos o movimento dos trabalhadores rurais sem terras (MST) que, há muito tempo luta por uma educação que contemple de fato a população campestre. Uma dessas conquistas se revela com lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A LDB trouxe avanços e conquistas por meio de políticas educacionais voltadas para o campo. Alguns objetivos neoliberais estavam entrelaçados na LDB, como por exemplo, a não valorização da emancipação intelectual do indivíduo e a dimensão técnica. Ou seja, a prioridade ainda era atender os interesses capitalistas e formar mão-de-obra para o mercado. Todavia, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional fez um direcionamento específico para a Educação do Campo, o artigo 28 (LDB,1996) quando declara:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola a as condições climáticas;
- III- adequação da natureza do trabalho na zona rural.

No entanto, mesmo a LDB contribuindo com alguns avanços para a Educação do Campo, a mesma ainda recebeu algumas críticas relacionadas à prática pedagógica. Como por exemplo, a ação didática-pedagógica, o currículo adequado, estruturação didático pedagógica, acompanhamento pedagógico e material de apoio escolar tanto para os professores como para os alunos. Sobre isso, Ferreira e Brandão (2011, p.10) enfatizam que:

Por outro lado tivemos ganhos com a LDB, pois foram abertos precedentes legais e jurídicos para a possibilidade de implantação de uma educação que respeitasse a identidade do homem e da mulher do campo. Até a presente lei, o direito a uma educação de qualidade voltada as escolas do campo, havia sido negligenciada pelos governantes anteriores. Ainda continua, mas os embates organizativos e acadêmicos tem contribuído com as discussões políticas e aberturas de diálogo junto aos setores burocráticos do Estado.

Outro aspecto que a LDB deixa a desejar é quanto à continuidade dos estudos para os que se formam no ensino médio nas escolas existentes no campo. Desta forma, os alunos acabam sendo obrigados a interromper seus estudos, ao concluírem o ensino médio, e acabam sendo prejudicados devido à falta de políticas públicas voltadas para o incentivo ao ensino superior para os jovens que vivem no campo.

Com o passar dos anos de (1996 e 2010), algumas conquistas importantes foram realizadas através das reivindicações do movimento de Educação do Campo, no qual destacamos as seguintes: Resolução CNE/CEB nº 2/2008, Diretrizes Operacionais para Educação Básica das escolas do campo e Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Sobre esses dois últimos Molina (2010, p.590) comenta que:

Tais embates em conquistas de políticas públicas específicas para a garantia do direito a educação escolar dos camponeses, como por exemplo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Celeiros da primeira experiência, de formação de educadores do campo no âmbito da educação superior com os cursos de Pedagogia da terra. A experiência acumulada a partir do PRONERA, com a execução de mais de dez dos cursos de pedagogia da terra e o avanço nas lutas pela garantia do direito à educação aos camponeses em todos os níveis, possibilita que esses sujeitos coletivos organizados avancem em relação ao acúmulo de traços específicos de um determinado perfil de formação docente.

A implantação dessa política é de grande relevância para a permanência da Educação do Campo. A proposta de formação de educadores para o campo é dar subsídios para uma educação plena e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que contemplem a realidade e valorizem os trabalhadores do campo. Segundo Molina (2010, p. 149), “uma das principais características e reivindicações dos movimentos é pautada na participação e protagonismos na concepção e elaboração de tais políticas”.

A Educação do Campo esteve ao longo dos anos à margem, tratada com descaso e desvalorização. Breitenbach (2011, p.119) salienta que a implantação de um modelo urbano-

tecnocrata de educação contribuiu para desconstruir o reconhecimento sociocultural do homem e da mulher do campo. O descaso com a Educação do Campo promoveu a saída dos estudantes para as cidades com a finalidade de encontrar melhores condições de aprendizagens. Além disso, outro aspecto que motivou essa desvalorização, foi a falta de políticas públicas voltadas para as pessoas do campo. Contribuiu, sobre maneira, para que os governantes não lhes dessem a atenção merecida, como explicitado anteriormente.

Em virtude das conquistas alcançadas ao longo dos anos, atualmente percebemos que esse descaso reverteu-se um pouco, devido as leis, já citadas anteriormente, que contribuíram na luta para uma educação de qualidade no e do campo. No entanto, Mendonça, Silva e Azar (2017, p.2) que” mesmo com os avanços, ainda há uma discrepância entre a educação oferecida para o urbano e para o rural”. De forma genérica, o campo é entendido como um espaço de atraso, havendo um descuido no que se refere a um plano educacional para suas populações, o que é evidenciado no Plano Estadual de Educação do Maranhão (PEE).

O estado do Maranhão situa-se na região Nordeste, ocupando uma área de 333.365, 6 km<sup>2</sup>. Segundo o censo do IBGE 2010 o estado possui uma estrutura política constituída por 217 municípios e uma população de 6.574.789 habitantes no qual desse total, 37% vivem na zona rural. Diante desse cenário, o PEE (2014, p.12) ressalta que:

A educação em áreas rurais é historicamente marcada pela ausência de políticas educacionais que garantam no currículo escolar e na experiência da educação formal, as especificidades da realidade de crianças, jovens e adultos do campo. A maioria dos municípios maranhenses tem sua economia alicerçada em atividades tipicamente rurais, o que implica a necessidade de repensar a educação nessas regiões, considerando suas características.

Diante desse contexto, no que se refere ao acesso e à educação escolar para essa população, ela é caracterizada pelo descaso. Partindo do ponto que as escolas existentes nesses espaços, em sua grande maioria, são escolas do 1º a 5º ano do ensino fundamental, segundo Macedo e Coutinho, (2013, p.4) “são poucas as escolas que tem o ensino fundamental do 5º ao 9º e muito menos ainda o ensino médio”. Sem contar que, a maioria das localidades não possui escolas, portanto os estudantes precisam se deslocar para áreas vizinhas. Muitas vezes esse deslocamento é feito em condições precárias colocando os alunos em perigo. Isso é um fator agravante que contribui para a não frequência dos estudantes à escola.

É evidente que alguns governantes que administram o Estado, não estão preocupados com a Educação do Campo, assumindo o descaso e reforçando a ideia de que as pessoas que vivem no campo são esquecidas, negando, assim, o seu direito à escola. Isso é apenas uma das maneiras que podemos observar a situação do campo. São várias as dificuldades, principalmente relacionadas ao acesso a serviços de saúde e às políticas de produção.

Historicamente, o Estado do Maranhão não é reconhecido como um dos melhores Estados no que se refere à educação, de modo geral, principalmente relacionada a educação camponesa. Nesse sentido, Dantas e Bauer (2015, p.6) consideram que:

As bases da política educacional maranhense, portanto, se moldavam às características do coronelismo, ou seja estruturavam-se na política paternalista, onde o que norteava o ensino e todo o sistema educacional estava intrínseco aos interesses particulares dos detentores do poder, e onde todo e qualquer progresso realizado era “oferecido como favor” da parte dos coronéis e dos senhores da terra.

Portanto, o acesso à educação pública maranhense era mantido com limites, sendo muitas vezes negado, era visto como objeto de troca, o que contribuiu para o crescimento do analfabetismo, atendendo apenas os interesses políticos. Pois, quanto menos informada uma população, mais fácil seria manter o domínio sobre ela. Isso se torna mais preocupante, quando relacionada à educação do campo, devido a mesma ser vista apenas para preparação do trabalho e devido à população, de modo geral, acreditar que, como o camponês trabalha com a terra não precisa ter acesso à educação escolar.

A educação maranhense foi marcada pela precarização e má qualidade na distribuição da educação no Estado, à falta de investimentos para criação de prédios escolares, livros e principalmente, a formação de professores. Devido as questões políticas sempre estarem acima dos interesses do povo maranhense, a troca dos governantes contribuiu para diferentes rumos na trajetórias do sistema educacional maranhense. Porém não houve muitos avanços na qualidade da educação.

Segundo Silva (2004, p.9), “os movimentos começaram a travar essa luta por educação do campo no Estado, passando pelo movimento da pedagogia da alternância que se desenvolveu a partir da década de 80 em vários municípios maranhenses”. Entretanto, Miranda e Rodrigues (2010, p.16) observa que apesar das lutas “os projetos pedagógicos que foram apresentados para o campo eram e ainda são, em muitos casos, fragmentados e precários”.

Cavalcanti (2009, p.167) destaca que “uma das conquistas obtidas através das lutas dos movimentos sociais do campo no Maranhão, foi a implantação do Programa Nacional na Reforma Agrária (PRONERA)” no ano de 1999, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O mesmo veio como início da transformação da realidade da Educação do Campo no Estado do Maranhão.

Com isso, a educação para os povos do campo maranhense começou aos poucos avançar no sentido de melhorias e qualidades, inclusive no que diz respeito à mudança do índice de analfabetismo, através de projetos desenvolvidos através de parcerias formadas pelo PRONERA/INCRA, movimentos sociais e universidades, no caso UEMA e UFMA, que desenvolveram o programa através de projetos nos anos de 1999 a 2009, com cursos de alfabetização, fundamental e Ensino Médio. Com a conquista da educação de nível fundamental e médio, as organizações sociais, de forma muito

particular o MST, passam a lutar também pelo ensino superior, o que aconteceu a partir de 2009, quando a UFMA assume curso de graduação (*Ibid*, 2009, p; 169).

Todavia, apesar dessas conquistas já citadas, é importante destacar que para Miranda e Rodrigues (2010, p.19) o “programa vem conseguindo atender o propósito de sua criação. Porém, se consideramos a demanda que o campo brasileiro apresenta, o quadro de beneficiários do programa deveria ser ainda maior.

Os movimentos sociais do campo no Maranhão não se calaram e deram prosseguimento a suas lutas por Educação do Campo. Além do PRONERA, Menezes (2013, p.67) diz que outra conquista foi o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) constituído em 2008, pelo Ministério da Educação-MEC e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI. Discorrendo sobre esse assunto, Mendonça, Silva e Azar (2017, p.8) apontam que:

atualmente, no estado, os programas estão funcionando através das duas instituições sendo, uma turma de Pedagogia da Terra - Território da Cidadania via PRONERA/UFMA, duas turmas de Licenciatura em educação do campo (Ciências Agrária e Ciências da Natureza e Matemática), oferecidas PROCAMPO/UFMA, ambos no Campus de Bacabal; uma turma de Agronomia pelo PRONERA/UFMA e quatro turmas de Licenciatura em Ciências Agrárias, Ciências da Natureza e Matemática oferecidas PROCAMPO/UFMA Campus Maracanã em São Luís.

Entretanto, mesmo com essas conquistas, os projetos educacionais citados, ainda apresentam-se em condições de precariedade, a maioria dos governantes não assume o compromisso para com a educação da classe trabalhadora do campo. O Plano Estadual de educação do Maranhão apresenta um tópico diversidades e temas sociais voltado para redução de desigualdades no espaço escolar em todos os níveis e modalidades de ensino. As políticas estaduais devem ser criadas para reduzir as desigualdades criadas na escola, portanto o PEE (2014, p.13) destaca a responsabilidade do estado em:

Desse modo o poder público precisa buscar sustentabilidade para as atividades com as diversidades e temas sociais, entre as quais se destacam: uma sistemática de formação continuada e de acompanhamento, produção de materiais didáticos, definição de recursos e equipes específicas, tendo em vista a melhoria dos indicadores educacionais.

Além disso, no que se refere ao acesso à programas voltados para a Educação do Campo, não é suficiente para atender as necessidades educacionais dos camponeses, devido à falta de investimentos dos governantes. Assim Molina (2010, p.52) identifica que a educação do campo é vista como uma educação desnecessária, sendo oferecida de qualquer jeito, como se eles fossem pessoas diferentes das que vivem na cidade.

Em relação à história da Educação do Campo no município de Codó, encontramos algumas dificuldades por falta de informações. No entanto, a Secretaria Municipal de Educação,

Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMECTI) encontramos alguns dados referentes apenas a atual gestão. Em 2018, a Educação do Campo em Codó passou por um processo de mudança após a implantação do processo de nucleação das escolas rurais. Segundo a SEMECTI (2019) esse processo de nucleação tem como objetivo eliminar até 2020 todas as escolas multisseriadas do campo. Esse cenário foi alterado, enquanto que anteriormente o campo possuía grande parte de suas escolas funcionando através do sistema multisseriado a existência dessas turmas se obteve por diversos fatores, entre eles, a densidade populacional, escolas pequenas, com o baixo número de alunos e carência de infraestrutura entre outros fatores.

Em Codó, durante o ano letivo de 2017, havia 45 escolas de taipa, todas com estrutura física carente de infraestrutura e 99 escolas de alvenaria, totalizando 144 em funcionamento, em sua maioria através da multisseriização. Após a implantação da nucleação ao final do ano letivo de 2018, havia 30 escolas desativadas. Entre elas, 19 com estrutura de alvenaria e 11 de taipa finalizando com 114 escolas. Dessas escolas desativadas os alunos passaram a estudar em escolas regulares, dentro da sua faixa etária e níveis de aprendizado contribuindo para novas práticas pedagógicas.

Pelo o exposto, podemos concluir que ainda tem muito a ser feito em termos de Educação do Campo. Atualmente os debates que destacam essa temática vem aumentando gradativamente e despertando o interesse de pesquisadores, contribuindo, assim para que o assunto ganhe evidência. Em suma, é importante ao longo dessa pesquisa, alguns questionamentos sobre a Educação do Campo: o que exatamente significa a Educação do Campo? Há diferença entre Educação do Campo para Educação Rural? Por que a Educação do Campo é considerada desnecessária? Portanto, diante desses fatos, decidimos imergir a Educação do Campo para compreender como a mesma transformou-se objeto de discriminação e desvalorização.

### **3 PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: Casas Familiar Rural (CFRS) Escolas Família Agrícolas (EFAS), formação de professores(as) e práticas pedagógicas do/para o campo.**

A Pedagogia da Alternância foi criada por camponeses na França em 1935 e foi implantada no Brasil em 1969. O Estado do Espírito Santo teve a primeira experiência com 3 escolas. A alternância é o período alternado de vivência e estudo na Escola, na Família e na Comunidade. Jesus (2011, p.13) afirma que:

a utilização da alternância no processo da educação escolar vem ganhando atenção nos meios acadêmicos. Mas essa experiência pedagógica, na verdade, não é uma prática nova. Existe desde da década de 1930, quando surgiu na França, com a experiência das Casas Familiares Rurais (CFRs) com a participação dos jovens camponeses. Com isso, nascia uma proposta pedagógica de educação do espaço rural.[...] A experiência com a Pedagogia da Alternância vem demonstrar que é uma prática importante no campo da educação formal e não-formal, mas ainda assim, percebemos que há muitas dificuldades de uma compreensão profunda e clara referente à alternância e da sua metodologia na formação escolar.

A Pedagogia da Alternância consiste em uma proposta pedagógica que leva em conta a realidade dos jovens do campo que precisam estudar e trabalhar. Geralmente o que ocorre na maioria das regiões rurais do país, é o jovem deixa de estudar porque precisa trabalhar ou o contrário, estuda, mas não consegue trabalhar, ou seja, como conciliar essas duas realidades? A Pedagogia da Alternância surgiu na França para conciliar essas realidades, sendo adotada em vários estados brasileiros. Para Piatti (2014, p.50) a Pedagogia da Alternância foi criada:

Por um grupo de agricultores com auxílio de um padre católico, com o objetivo de evitar que os jovens saíssem do campo para estudar na cidade, impedindo assim, a permanência desses jovens nos centros urbanos para concretizar seus estudos e buscar outras formas de trabalho. Considerando que nessa década a realidade agrária na França era representada por um grande número de pequenas propriedades que tinham como trabalho a produção agrícola familiar e o Estado tinha como prioridade a Educação urbana, não havia planos de melhoria para os agricultores e, por conseguinte, para educação de seus filhos. Logo, ao jovens do campo havia duas possibilidades: sair do campo para continuar seus estudos ou permanecer no campo desistindo deles.

Um grande desafio da Pedagogia da Alternância é que a mesma não é reconhecida, institucionalizada. A Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 (LDB) cita a modalidade Educação do Campo, mas não reconhece-a como possibilidade de conciliação entre o estudo e trabalho, redução da evasão escolar e do êxodo rural. Ela cria oportunidades para esses jovens a partir da flexibilidade no calendário escolar e nos conteúdos a serem trabalhados.

a Pedagogia da Alternância tem se constituído como um diferencial eficaz na articulação de saberes produzidos em diferentes espaços culturais e vem sendo praticada em uma série de situações de educação formal nos diferentes níveis de ensino, sobretudo a partir do segundo segmento do Ensino Fundamental. Ela contém princípios que consideram e valorizam os saberes produzidos nos contextos socioculturais, o que difere substancialmente de muitas propostas educacionais, especialmente porque o processo de ensino e aprendizagem preconiza o envolvimento

e a participação dos pais na educação formal dos filhos e na gestão da escola (VIZZOLI; AIRES; BARRETO, 2018, p. 04).

O processo de ensino aprendizagem utilizando a Pedagogia da Alternância se dá de maneira dinâmica, possibilitando um aproveitamento melhor para esses educandos, ao considerar a realidade, a escola se torna mais interessante para o estudante, para Lima et al. (2015, p.2972) “trata-se de uma metodologia nascida do meio rural, mas que transcende, pois, toda relação pedagógica é uma dialética integradora entre o saber escola e os saberes da vida”. O grande diferencial desta pedagogia é a aplicação dos instrumentos pedagógicos para trabalhar com esses jovens uma educação que tenha utilidade para a vida deles. Partindo dessa premissa, Piatti (2014, p.50) acredita que:

Assim, Alternância inicia-se com ênfase em uma educação que articulasse escola, família e trabalho na perspectiva de manter o jovem no campo. A ideia inicial apontava para a necessidade de alternar os tempos educativos, priorizando os conteúdos básicos a serem ensinados durante o tempo em que os jovens permaneciam na escola e, na comunidade, realizando atividades agrícolas para o desenvolvimento econômico do campo, bem como para seu desenvolvimento social e aprendizado. Os agricultores levaram adiante a organização das *Maisons Familiaes Rurales*, com o objetivo de criar possibilidades para o desenvolvimento dos jovens e da comunidade, preocupados com uma educação diferenciada, que atenderia as necessidades dos jovens e, principalmente, que os incentivassem a permanecer no campo.

E relevante fazer algumas indagações sobre o tipo de educação que está sendo ofertada nos espaços rurais? Essa educação atende à necessidade desse região? Levando em consideração às diversidades regionais existentes no Brasil, um projeto de educação no/do campo é preciso conhecer as verdadeiras dificuldades e trabalhar as contradições existentes no território camponês e na sociedade de modo geral.

a alternância é uma proposta em constante construção, na qual docentes e discentes protagonizam e adequam os saberes construídos em coletivo na comunidade e na escola. Portanto, vida e trabalho são momentos de aprendizagem que oferecem a oportunidade de desenvolvimento do sujeito em relação ao outro, no que se refere à articulação dos tempos. O tempo de alternância é um tempo educativo, um tempo formador. Nesse tempo, estão pessoas que trabalham e/ou vivem no campo. O ambiente onde estão localizadas as escolas- as residências dos estudantes- representa os espaços significativos para esses sujeitos, em sua vida pessoal e profissional; são lugares constituintes e constituidores de práticas efetivas num contexto no qual a cultura tem relevância (Ibid, 2014, p. 53).

Torna-se necessário uma educação voltada para os interesses na vida campesina e a necessidade de rever o método de ensino no sentido de atender às especificidades dos camponeses. A Pedagogia da Alternância vem trazendo pontos positivos, contribuições para o debate teórico e prático. Repensar as práticas pedagógicas nas escolas localizadas no campo é demonstrar a importância de refletir iniciativas positivas para o fortalecimento da Educação do/no Campo. Os dois grupos mais representativos que se utilizam da Pedagogia da

Alternâncias são as Escolas Família Agrícola (EFAs) e as Casas Familiar Rural (CFRs), as quais apresentam algumas características que descreveremos nos tópicos seguintes.

### 3.1 Casa Familiar Rural (CFR)

O movimento das Casas Familiar Rural (CFRs) são experiências construídas pelo movimento social do campo como alternativa para o acesso à educação adequada às necessidades dos jovens do campo e de resistência ao modelo urbano excludente. São originárias na Europa. Em 1935, na França a partir da experiência das *Maisons Familiales Rurales* (Bentes e Colares, 2016 p.268). No Brasil iniciou no começo da década de 1980 com a implantação das primeiras experiências na região Nordeste. É importante destacar que as CFRs nasceram e se desenvolveram desvinculadas das EFAs, assim segundo Estevam (2012, p.119) “constituindo desta forma outro movimento, vinculado diretamente com o movimento internacional das MFRs e sob orientação direta da UNMFREO da França”.

A Casa Familiar Rural contribui na formação de jovens filhos de agricultores, sendo uma possibilidade de capacitação e qualificação dos mesmos, através da teoria e da prática, possibilitando o desenvolvimento da região, melhorias na produtividade e renda familiar, contribuindo para a permanência da família no meio rural. As CFRs utilizam a metodologia de ensino aprendizagem através da Pedagogia da Alternância que consiste em trabalhar teoria e prática, onde o aluno permanece uma semana no período integral no ambiente escolar aprendendo a teoria, em seguida, junto à família aplica os conhecimentos adquiridos na propriedade rural.

Este método facilita aplicação da teoria aprendida em sala de aula na propriedade familiar. Faz com que o aluno estude na CFR os métodos e chegue em casa na semana seguinte e aplique tudo. [...] a forma de ensino da Alternância permite o desenvolvimento de um currículo capaz de possibilitar a formação jovem, não só com a competência técnica especial, mas também com solidariedade humana e o compromisso político com o meio (VIZOLLI; AIRES; BARRETO, 2018, p; 07).

Portanto, esse modelo de ensino diferenciado, tem formado jovens e consequentemente promove o desenvolvimento do meio no qual estão inseridos. Todas as atividades práticas desenvolvidas nas EFAs e CFRs constituem incentivos aos estudantes para que as reproduzam em suas respectivas propriedades. Embora o processo aprendizagem possibilite o aluno desenvolver competências e habilidades específicas para produção campesina, não significa que a escola prende os estudantes no campo. Apenas possibilita ao aluno escolher se o mesmo deseja permanecer no campo ou prosseguir em outras áreas. Antes pensava-se que a Pedagogia da Alternância estava focada prioritariamente na permanência no campo.

### 3.2 Escola Família Agrícola (EFA)

A primeira escola agrícola da América Latina foi criada no distrito de Olivânia município de Anchieta, Sul do Espírito Santo. A origem das Escolas Família Agrícola ocorreu a partir das experiências italianas em seu início. No Brasil, essa experiência teve início a partir da vinda do padre Humberto Pietrogrande do norte da Itália, no qual o objetivo era realizar um trabalho pastoral e social. O sacerdote percebeu na região agrícola a possibilidade de adaptação do projeto, dando abertura à discussão com os agricultores. A partir dessa discussão surgiu a primeira Escola Família Agrícola (EFA) no ano de 1968. A EFA é um exemplo desses avanços, ela é uma política educacional voltada para o campo oferecendo uma educação de qualidade, com profissionais qualificados para trabalhar a educação do/no campo.

as discussões para a proposta dessas escolas originam-se nas lutas travadas pelos agricultores que, partindo das análises da sua realidade, verificaram que as escolas rurais convencionais não atendia os seus interesses e que portanto, a proposta das EFAs poderia se constituir em alternativa para a busca da melhoria e solução dos problemas educacionais da população do ambiente rural. O estudo de experiências educativas que se pautam de acordo com as especificidades culturais e necessidades econômicas das populações rurais são de grande relevância para a proposição de uma educação que resgate as peculiaridades dessa realidade (NASCIMENTO, 2009, p. 37).

O desafio das Escolas Família Agrícola (EFAs) é proporcionar uma educação de qualidade para as pessoas que vivem do/no campo. Nas EFAs os alunos estudam em tempo integral e em forma de internato passam 15 dias na escola e 15 dias em suas casas sempre com atividades práticas para complemento dos estudos. Essa metodologia é chamada de Pedagogia da Alternância conforme já mencionamos. Os alunos da EFAs vem de outra realidade totalmente diferente da realidade dos alunos da zona urbana, os professores da EFAs tem um contato mais próximo do aluno. No ensino regular, na zona urbana o professor trabalha seu conteúdo e não tem muito tempo para diálogo com os alunos. Às tarefas são atividades pedagógicas por meio de alternância onde os alunos, realizam para manter o bom funcionamento da escola. Partindo desta premissa, Jesus (2011, p.15) assevera que

Vale frisar que todos os procedimentos teóricos e metodológicos têm como foco o atendimento as carências de ensino escolar no espaço rural, na tentativa de promover a participação dos agricultores camponeses com ênfase no desenvolvimento local a partir dos elementos analisados para tornar a prática educativa como instrumento de mudança social e pensar o campo como alternativa viável. Além de orientar por meio da Educação Profissional, o desenvolvimento de projetos de sustentabilidade econômica objetiva fomentar experimentos com práticas em agroecologia e diversificação da produção nas pequenas unidades camponesas.

As EFAs trabalham com vários elementos pedagógicos que são constituintes da Pedagogia da Alternância que retratam a vida do jovem rural. O caderno de acompanhamento é meio de comunicação entre a família e o monitor. Ele funciona como um diário da vida do

aluno no qual o mesmo não registra o que aprendeu nas disciplinas, mas, informações pessoais quando estava no meio sócio profissional e com a família. Além dos planos de estudos do caderno da realidade, possui as experiências em casa porque o intuito da Pedagogia da Alternância é levar o conhecimento adquirido na EFA para a família e a comunidade. No próximo tópico abordaremos sobre o Curso Pedagogia da Terra que tem como objetivo formar educadores do campo, utilizando o método Pedagogia da Alternância.

### 3.3 Curso Pedagogia da Terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu da ampla luta pela conquista da terra e resultou na conquista da educação, pois vinculou latifúndio, pobreza, desigualdade social e analfabetismo. Com isso, o MST entendeu que tinha direitos, e rompeu com a visão da luta apenas pela conquista da terra. Passou a lutar pela libertação dos camponeses que eram submetidos à exploração e miséria. Diante desse cenário surgiu a relação do MST com Paulo Freire. O movimento percebeu a importância dos camponeses se prepararem não apenas politicamente, mas também intelectualmente e que isso só seria possível através de uma educação libertadora. Nesse sentido, Tiepolo (2015, p.27177-27178) afirma que:

O livro pedagogia do oprimido, escrito em 1968, quando Freire encontrava-se exilado no Chile, foi publicado no Brasil somente 1974. Paulo Freire, nesse livro, traz dois conceitos que são fundamentais para a pedagogia de luta do MST: a conscientização e libertação. A conscientização é a possibilidade do ser humano de desvelar a realidade e inserir-se no processo histórico como sujeito. A libertação é a “vocação ontológica da humanidade”, enraizamento na opção de transformação da situação real e opressora em que vivem “práxis da busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela”. Além, disso Freire aponta algumas características que são fundamentais e estão presentes na dinâmica educativa do MST: a colaboração, a união, a organização e a síntese cultural.

O MST buscou em Freire os fundamentos teórico-práticos para implementar sua política de educação. Na concepção Freireana, a educação é um ato essencialmente político, no qual deve levar os sujeitos a questionarem e criarem mecanismos de superação dessa realidade. Assim, o Curso Pedagogia da Terra é resultado do processo do Movimento Sem Terra (MST), e de outros movimentos sociais que tem uma articulação com a comunidade camponesa e da luta dos movimentos sociais por uma educação do campo de qualidade com professores(as) com formação específica para trabalhar em suas escolas. Nesse sentido, Marques (2010, p.63) destaca que “na origem desse curso ficam bem claros os objetivos do MST com sua criação: o fortalecimento da luta por escolas públicas e a garantia de professores do próprio movimento nas escolas conquistadas em cada área”. A proposta educacional do MST deve ser de acordo

com os sujeitos que a constituem, ocorrendo toda uma estrutura voltada principalmente para a formação de professores. Nessa perspectiva, Martins (2012, p.106) comenta que:

Como o MST tem uma proposta educacional de acordo com os sujeitos que o constituem, há toda uma estrutura que se alinha com tal especificidade, nomeadamente a formação de professores. É nesse contexto, de acordo com uma práxis educativa sentida nas necessidades de um movimento social, que é “gerada” a pedagogia da terra. A partir da demanda de formação científica e universitária para os quadros das escolas situadas em acampamentos e assentamentos do MST, o movimento procura realizar parcerias com universidades para supressão dessa demanda e, concomitantemente, busca, junto dos organismos estatais, recursos públicos para que o Estado assumira essa demanda pública educacional.

É perceptível a importância de políticas públicas educacionais para as pessoas do campo, e a necessidade da formação de professores do campo como uma forma de garantir o direito dessas pessoas a uma educação de qualidade, contextualizado com sua realidade. Silva (2015, p.4), aponta que:

A educação para os sujeitos do campo não foi objeto de preocupação por parte do Estado, pois o campo sempre foi visto como um local de atraso e sem necessidade de desenvolver políticas públicas educacionais e práticas pedagógicas específicas. Deste modo, não se tem uma prática de construção de uma política que pense no desenvolvimento da educação do campo e nem na formação de seus profissionais da educação.

A partir de um longo processo de construção social, no ano de 1998 inicia a primeira experiência para a formação acadêmica de professores para atuar nas escolas e processos educativos para o campo. Resultado das parcerias formais do MST e as Universidades brasileiras com o apoio financeiro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Tendo como órgão estatal o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário sendo importante destacar a ausência do Ministério da Educação. A primeira turma do Curso de Pedagogia da Terra do Brasil foi realizado em conjunto com a Universidade do Noroeste do Estado Rio Grande do Sul (UNIJUI). Os alunos da primeira turma do curso que, era denominada Salete Strozake, criaram um jornal para manter atualizados os acampamentos e assentamentos sobre as atividades de formação realizadas. Assim, despretensiosamente, deu origem ao nome ao Curso Pedagogia da Terra intitulado pelos educandos. Martins (2012, p.107) enfatiza que:

Os alunos desse primeiro curso de pedagogia da terra, cuja a turma se chamava Salete Strozake, sem a pretensão de “batizar” fizeram uma ação que deu nome ao objeto aqui analisado. [...] e que foi intitulado pelos educandos de “Pedagogia da Terra” nome que se construiu de significados e práxis cunhando uma categoria hoje constituinte do sistema de ensino superior brasileiro (MARTINS, 2012, p. 107).

Para Caldart (2002, p.83-84) “antes de ser universitários somos Sem Terra, temos a marca da terra e da luta que nos fez chegar até aqui”. A partir do momento que os estudantes do MST, passaram a se identificar como pedagogos e pedagogas da terra, eles estavam

declarando a sua identidade, seu pertencimento, sua conquista. O batismo para Caldart (Ibid, p.83-84) representa:

Uma espécie de intuição política e pedagógica da turma sobre uma diferenciação que precisava ser destacada e uma raiz que não devia ser abandonada, especialmente diante da insistência com que a universidade os tratava, chamavam os de acadêmicos.

Portanto, a primeira turma, de forma involuntária, acabou gerando um processo de construção de sentidos para o nome “Pedagogia da Terra” que se estende até os dias atuais em diferentes lugares e Universidades. Assim, Caldart (2002, p.77) reforça que:

De nome-apelido, a expressão Pedagogia da Terra vai aos poucos identificando a presença de determinados sujeitos na Universidade, bem como um jeito talvez novo de fazer e pensar a formação de educadoras e educadores do campo (CALDART, 2002, p. 77).

O Curso Pedagogia da Terra tem como finalidade formar educadores do campo para atuar nas bases de assentamentos e acampamentos, no sentido de atender as reivindicações do MST e contribuir para Educação do Campo. Sobre isso, Silva (2015, p.9) salienta que:

O curso foi pensado e organizado, na perspectiva dos movimentos sociais, como um espaço importante na formação dos seus militantes, cuja a intencionalidade era de ajudar o próprios setores de Educação que buscam pensar e desenvolver propostas educacionais condizentes com a forma política e social defendida por essas organizações.

Entretanto, é importante ressaltar que a organização do currículo do Curso Pedagogia da Terra apresenta diferenças das outras propostas de formação em Pedagogia, principalmente pela participação ativa dos movimentos sociais na elaboração da matriz curricular. Em 2002, pela parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (URGES) resultou o primeiro curso, via campesina, estruturado por vários movimentos ligados à realidade camponesa. Martins (2012, p.108) considera que: “Esse movimento que era o interlocutor central do processo, passou a ser um dos parceiros, agregando a Pedagogia da Terra a uma série de outros movimentos sociais, o que imprimiu um caráter mais classista à ação”.

Contudo, o ensino superior no Brasil, tem um contexto histórico elitista no qual as camadas populares são minorias e exceção. Diante disso, a implementação de uma Pedagogia que educa de forma significativa a partir dos processos de transformação social fortalece a relação do MST com a Universidade, como forma de luta e resistência ao governo que não beneficia as camadas populares. Partindo dessa premissa, pensar na formação de educadores do campo é uma forma de afirmar que as políticas de formação de educadores, na perspectiva generalista, não tem garantido os direitos das pessoas campesinas. No sentido de garantir a construção de uma identidade política e valorização da cultura das pessoas do campo, Silva (2015, p.6) acredita que:

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o modelo crítico é a formação defendida pelos movimentos sociais do campo para os seus professores/educadores. Deve ser uma formação que possibilite a construção de uma prática educativa que articule o conhecimento científico com práticas de organização coletiva, valorização da cultura e a construção de projetos contra- hegemônicos na expressão gramsciana (SILVA, 2015, p. 06).

O Curso Pedagogia da Terra trouxe contribuições ao ensino superior brasileiro, no que se refere à inclusão de outras formas de organização do ensino superior e o aumento de vagas para as camadas populares. A zona urbana é vista de forma centralizada, a consequência disto é tratar o campo como um espaço secundário por isso, há poucas políticas públicas para as pessoas do campo, oferecendo às mesmas apenas políticas de adaptação. Para Silva (2015, p.5) “o campo é visto como uma extensão da zona urbana, assim os profissionais urbanos estenderão seus serviços ao campo ou seja, serão serviços adaptados sem vínculos culturais ao campo”. Nessa perspectiva, de extensão e adaptação não, é uma exigência a formação específica para as pessoas do campo, mas uma formação generalista será o suficiente para desempenhar as metas de uma lógica excludente ao outro. Arroyo (2007, p.161-162) identifica que:

Em nome de formar um profissional único da educação, um sistema único, com currículos e materiais únicos, orientados por políticas únicas, os direitos do coletivos nas suas diferenças continuam não garantidos. Os piores índices de escolarização se dão nos “outros” nos coletivos do campo, indígenas, pobres, trabalhadores, negros. Essa perversa realidade, tão constante quanto excludente, interroga a tradição de políticas e normas generalista, pretensamente universalistas.

A proposta do Curso Pedagogia da Terra propõe superar a distância entre teoria e prática, de forma interdisciplinar no qual o educando é formado a partir do diálogo entre as áreas que irá atuar como docente. Sobre a estrutura organizacional do Curso Pedagogia da Terra. A chamada Pedagogia da Alternância, a partir da sua utilização e a estrutura de internato montada para a realização do Curso Pedagogia da Terra é provável a realização de variadas atividades que constituem vários “tempos educativos”. Diante do destaque citado é necessário evidenciar os dois conceitos: tempos educativos e a Pedagogia da Alternância. Martins (2012, p.112) afirma que:

O sistema tempos educativo compreende a totalidade dos tempos de formação humana que são vivenciados durante a totalidade do período superior. Contudo, antes de expor os tempos particulares, é interessante explicitar uma organização metodológica que permite vários momentos específicos: a alternância.

Portanto, os movimentos sociais do campo reivindicam que sejam incluídas a realidade do campo, a cultura, a diversidade e os conflitos entre os latifundiários e os agricultores familiares nos programas de formação de educadores e educadoras, para conhecer os problemas da reforma agrária, a luta pela terra e pela agricultura camponesa. A proposta de formação do Curso Pedagogia da Terra através do PRONERA e as licenciaturas do campo é uma forma de

ampliar as políticas de formação para educadores do campo ligados as realidades políticas, culturais e sociais das pessoas que vivem no campo. Contribui para o fortalecimento da cultura campestre sendo uma política que ajuda no processo de desenvolvimento na perspectiva crítica e na formação de educadores e educandos.

#### **4 EDUCAÇÃO DO CAMPO:** Um olhar sobre a Escola Família Agrícola EFA/Codó

Este capítulo apresenta e discute a abordagem adotada para esta pesquisa e os procedimentos metodológicos para coletas de dados. Além disso descreve o campo, os sujeitos participantes da pesquisa e análise dos dados com discussões feitas ao longo da pesquisa. Contudo, o pesquisador só consegue um bom resultado científico quando busca in loco verificar a opinião do outro sobre determinado assunto. Isso está presente na contextualização teoria e prática constante nessa pesquisa; nossa abordagem sobre a relação teoria e prática perpassa pela ideia que ambas precisam dialogar permanentemente conforme a concepção de Freire (1987, p.38) “a práxis, é a reflexão sobre a ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido”.

##### 4.1 Caracterização da pesquisa de campo

Para realizar a investigação foi feito uma pesquisa qualitativa descritiva com enfoque fenomenológico precedida por uma observação do ambiente e dos sujeitos que fazem parte do contexto no qual se pretendia investigar. Desta forma, a observação ocorreu de forma que fosse possível presenciar alguns momentos dos estudantes durante o período de internato, desde do café da manhã, início das aulas, intervalo e seu término das aulas, além de observar as práticas pedagógicas utilizadas pelos monitores e as atribuições dos demais profissionais da escola.

O segundo instrumento de coleta de dados foram as entrevistas semiestruturadas, mediante a organização de um roteiro pré-estabelecido com perguntas relacionadas à temática dessa pesquisa. Optou-se pela utilização da entrevista semiestruturada, as entrevistas possibilitaram um entendimento maior sobre o assunto abordado, do surgimento da escola e a prática educativa utilizada no contexto escolar das EFAs. Ao apresentar as análises utilizamos para elucidá-las, transcrições das entrevistas contemplando os registros verbais orais, e por questões éticas foram usados os pseudônimos, para preservar a identidade dos participantes. A partir das análises, os resultados foram organizados em forma de texto descritivo utilizando de forma a contemplar os objetivos estabelecidos para esta pesquisa.

#### 4.2 Caracterização do campo de pesquisa

A pesquisa foi realizada na Escola Família Agrícola Irmã Rita Lore Wincklein do povoado Monte Cristo, a única EFA do ensino fundamental localizada no município de Codó, Estado do Maranhão. A articulação para implantação da EFA iniciou em 1993 em um encontro do Conselho Comunitário Rural de Codó – CCR na Comunidade Quilombola de Mocarongo, zona rural de Codó – MA. No momento um aluno da Escola Família Agrícola de Coroatá – MA, Raimundo Pereira da comunidade rural Rumo, município de Codó – MA, fez um relato sobre a sua experiência na escola e de como ele se sentia contente em ser estudante da EFA. O professor Mário Sérgio, integrante do CCR, com o padre Alemão Jakob Michael Wasensteiner, da ordem dos Palatinos realizou uma visita a EFA de Coroatá para conhecer a escola e sua metodologia.

O professor Mário Sérgio, em fevereiro de 1994, participou de um seminário sobre a Pedagogia da Alternância na EFA de Coroatá, e continuou a participar de seminários e eventos na escola e, sempre que retornava ao realizar visitas às comunidades divulgava a escola. O padre Gotardo Pünder, (alemão e jesuíta), e o padre Jakob Michael também divulgavam a EFA de Coroatá nas comunidades durante as missas que realizavam. A partir desse movimento de divulgação em 1995, vários jovens de diversas comunidades rurais do município de Codó começaram a estudar na EFA de Coroatá, com o apoio do CCR e dos padres.

No ano de 1995, a Prefeitura Municipal de Codó passou a auxiliar os jovens de Codó que estudavam na EFA de Coroatá com o pagamento de passagens (ida e volta) de Codó a Coroatá. Substituído em 1996, pelo pagamento aos jovens de uma bolsa que garantia o pagamento das passagens da comunidade até a escola, e a compra de material escolar. No mesmo ano, com a eleição do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR de Codó (a chapa vencedora nas eleições), o candidato apresentado pelo CCR, o Senhor João Evangelista Damasceno, da Comunidade Boqueirão dos Vieiras, a organização das comunidades ganhou força e um dos projetos priorizados pelo STTR e o CCR foi a educação de qualidade para filhos e filhas de agricultores das comunidades.

Devido ao aumento de jovens saindo de Codó para estudar na EFA de Coroatá, percebeu-se a necessidade de ter uma EFA em Codó. Em 1998, foi criada uma equipe de articulação para a implantação da Escola Família Agrícola – EFA em Codó, constituída por Maria da Piedade, Raimundo Pereira, Mário Sérgio, José Luis, Ana Emília, Valdimiro da Silva e Francisco Carlos, todos lideranças comunitárias rurais.

O CCR realizou no dia 25 de setembro de 2002 um encontro de jovens na comunidade quilombola de Santo Antônio dos Pretos, com a participação de 13 comunidades com dois jovens representando cada uma delas. O tema discutido no encontro foi Educação Rural e na ocasião foram escolhidos, dentre os participantes, cinco pessoas para formar uma equipe que prepararia um encontro maior e com mais jovens. A equipe recebeu o nome de Equipe de Articulação da Juventude Rural.

A Equipe de Articulação da Juventude Rural realizou o encontro entre os dias 22 a 24 de novembro daquele mesmo ano, na comunidade Bom Jesus com a participação de 130 jovens de 16 comunidades, onde se discutiu a educação como uma perspectiva de vida para o jovem rural. Neste encontro os jovens aprovaram a luta para a implantação da EFA de Codó. No ano seguinte o CCR juntamente com o STTR realizou o I Seminário Municipal da Escola Família Agrícola de Codó - MA na comunidade Monte Cristo, nos dias 12 e 13 de Abril. Neste seminário foi discutida a Pedagogia da Alternância e sua importância, ficando acordado que a construção da EFA de Codó seria na comunidade de Monte Cristo. Para a implantação da escola, a associação da comunidade Monte Cristo doou uma área de 10 hectares.

A EFA recebeu o nome de Escola Família Agrícola Irmã Rita Lore Wincklein, a escolha foi justificada pelo empenho que a irmã Palotina teve junto às comunidades rurais durante os 20 anos que permaneceu nos municípios de Timbiras e Codó, no Estado do Maranhão. Naquele período, a Irmã Rita estava deixando Codó para se dedicar mais a sua congregação no Vaticano. Em 25 de Abril de 2005 iniciaram-se as aulas na Escola Família Agrícola Irmã Rita Lore Wicklein, localizada na MA 026 no Povoado Monte Cristo, município de Codó – MA, com os jovens da 5ª e 6ª série. Os professores pioneiros da escola foram Mário Sérgio, Raimundo Moreira, Meire Diones, Gilsomar Costa, Maria Tânia, Pedro Auri e um estagiário técnico em agropecuária da EFA de Soinho, José Arlindo. Em julho do mesmo ano foi inaugurado o prédio com a participação da Irmã Rita Lore Wincklein, representantes do poder público municipal, da Escola Agrotécnica Federal de Codó (atual IFMA/Campus Codó), das EFAs de Coroatá e Capinzal do Norte, STTR, CCR, comunidades diversas, UAEFAMA, Associação das Comunidades Negras Quilombolas do Maranhão – ACONERUQ e outros.

De acordo com o coordenador pedagógico (entrevista concedida em 24 de Abril de 2019), a escola possui atualmente 62 estudantes matriculados são quatro turmas; 6º, 7º, 8º e 9º anos divididos em 2 turmas que funcionam alternadamente. A EFA possui em suas instalações uma sala de informática, uma secretaria, uma sala de direção, uma sala de professores, duas sala de aula, biblioteca, 7 dormitórios (sendo 3 masculinos e 2 femininos) e dois dormitórios para os monitores (1 masculino e 1 feminino) 4 banheiros, cozinha e o refeitório. Além das

benfeitorias rurais um galinheiro, uma horta caseira e medicinal, um pomar com acerola, goiaba, banana, limão e a criação de galinhas. O funcionamento da escola é das 7h até as 16 h. O quadro de 11 funcionários sendo 6 monitores, 1 técnico em agropecuária, 1 coordenador pedagógico, 1 secretária, 1 diretor e 2 cozinheiras.

Atualmente, em Codó, existem duas escolas por alternância, a EFA com o ensino fundamental do 6º ao 9º ano e o Centro Quilombola de Formação por Alternância Ana Moreira – CEQFAAM localizada na Comunidade Quilombola Santo Antônio dos Pretos, esta é uma continuação do projeto EFA, com o ensino médio e profissionalizante. Ofertando aos jovens do campo o curso técnico em agropecuária.

#### 4.3 Sujeitos participantes

O grupo de pessoas que participaram do estudo era composto de 2 mulheres e 5 homens que participam ou participaram ou de alguma forma estão inseridos no contexto da EFA, são eles: 1 coordenador pedagógico, 1 monitor, 1 pai de aluno, 2 alunos e 2 ex-alunos. Predominando a faixa etária entre 12 a 47 anos, a cor a maioria se declararam como negro, quanto ao nível de escolaridade, a maioria tinha o ensino médio completo e também curso superior. A maioria dos entrevistados moram em comunidades quilombolas e se reconhecem como quilombolas.

O Antônio nasceu em Lago do Junco/MA tem 32 anos, se declara preto, etnia quilombola ex-aluno da EFA, estudou 4 anos na Escola Família Agrícola de São Emanuel na cidade de Lago do Junco, fez seletivo para escola Agrotécnica, fez o curso técnico em Agropecuária. Em seguida, fez vestibular para Matemática, graduou-se em Licenciatura em Matemática com Especialização em Gestão Educacional. Atualmente, o entrevistado é professor efetivo no município de Codó e atua como coordenador pedagógico da EFA há 7 anos.

Francisco nasceu no quilombo Centro do Canuto/MA, tem 47 anos graduou-se em Licenciatura em História. Estudou na Escola Irmãos Lazaristas administrada pelos padres que tem características semelhantes da Escola Família Agrícola. Francisco relata que um dos motivos que o levou a trabalhar na EFA, é de caráter pessoal devido ao mesmo conhecer a realidade campesina, só foi estudar aos 14 anos porque não tinha escola na sua comunidade. O entrevistado é monitor e responsável pelas disciplinas artes, história e atua na EFA desde do início da escola há 14 anos.

O entrevistado José, tem 47 anos, se declara preto de etnia quilombola, não estudou apenas aprendeu a colocar o nome, nasceu na comunidade Centro Expedito/MA e reside até hoje. Atualmente trabalha há alguns meses como vigia na EFA. José é pai de um aluno que estuda na EFA.

Rosa entrevistada possui 13 anos, cursa o 7º ano se declara morena, etnia quilombola nasceu no município de Codó/MA. João possui 12 anos, se declara moreno, etnia quilombola, nasceu no município de Codó e está cursando o 7º ano.

Joaquim tem 34 anos, se declara branco, etnia quilombola, nasceu no povoado Cajazeiras/MA, estudou na EFA no período de 2005 a 2007. Cursou o ensino médio e atualmente trabalha na EFA há 8 anos como técnico em agropecuária.

A entrevistada Alice possui 20 anos, se declara preta quilombola nasceu em Codó/MA e reside na comunidade Centro do Expedito. Estudou na EFA, no período de 2011 a 2013 e cursou o ensino médio no Centro Escolar Quilombola Ana Moreira. Atualmente cursa o 4º período do Curso de Licenciatura em Pedagogia na UFMA. Esta breve descrição retrata um pouco da trajetória pessoal e profissional dos entrevistados.

#### 4.4 Análise das observações

Esta pesquisa iniciou-se com uma observação cujos dados coletados foram registrados em diário de campo e que serão apresentados em forma de texto descritivo. O período de observação ocorreu no 24 de abril as 7 horas da manhã teve a duração de 2 dias. Durante a etapa de observação tivemos um maior contato com os monitores, funcionários e alunos através do coordenador pedagógico.

A Pedagogia da Alternância é uma proposta pedagógica e metodológica que propõe atender as necessidades de articular trabalho e educação, de forma que os estudantes tenham acesso à escola sem parar de trabalhar nas propriedades, mediante a interação com o ambiente familiar e a realidade do estudante, propiciando ao mesmo compartilhar os conhecimentos que possui de maneira reflexiva e aplicar o conhecimento adquirido na EFA e a prática na comunidade em que vive.

O ciclo de formação pela EFA é orientado pelos seguintes instrumentos pedagógicos: o Tema Gerador definido pelos estudantes, família, monitores de acordo com a realidade local para estudo durante ano letivo; Plano de Estudo (PE) elaborado previamente e orienta a pesquisa sobre o Tema Gerador proposto; Folha de Observação (FO) utilizada para complementação do Plano de Estudo; Caderno da Realidade, instrumento de registro, monitoramento e

acompanhamento da formação; Tutoria, ação desenvolvida pelos monitores e um tipo de acompanhamento individual; serões de estudos, etapas complementares de esclarecimento ou aprofundamento do tema gerador e visitas às famílias e a comunidade, técnica de avaliação do desempenho do estudante e do envolvimento da família no processo de formação.

Durante a pesquisa foi possível perceber que mesmo no intervalo os monitores estão sempre na presença dos alunos em todos os ambientes, sempre interagindo, promovendo e facilitando a construção do conhecimento por meio da relação monitor- aluno. No que se refere à relação monitor-aluno, mediante o que foi observado, é possível afirmar que os monitores mantêm uma boa relação com alunos, há uma valorização dos conhecimentos prévios e suas experiências de vida contextualizando com a realidade dos estudantes.

#### 4.5 Análise dos dados (entrevistas)

A entrevista aconteceu do dia 17 a 24 de maio em horários intercalados com duração de 5 minutos a 13 minutos. Os entrevistados serão representados por pseudônimos e classificados por classe são eles: coordenador Pedagógico, monitor, aluno(a), pai de aluno, ex-aluno(a). As entrevistas foram transcritas e incorporadas ao trabalho para mostrar as trajetórias, percepções e análises dessa comunidade escolar sobre os contextos em que atuam e a implantação do projeto pela EFA. As perguntas e respectivas respostas foram organizadas em categorias para que fosse possível fazer as análises de forma organizada.

A primeira categoria refere-se aos benefícios da educação oferecida pela EFA para a Educação do Campo, a segunda diz respeito a formação oferecida pela EFA, a terceira sobre a relação aluno(a)-monitor ou monitor-aluno(a) e as especificidades do monitor; a quarta categoria refere-se a diferença da EFA para a escola tradicional, e a quinta categoria refere-se a identidade cultural e representada pela EFA e por fim as dificuldades e desafios encontrados na EFA. Na primeira categoria iniciou-se a entrevista com o coordenador pedagógico visando responder a seguinte questão, Quais as contribuições a educação da EFA trouxe para a educação do campo? Diante disso obtemos a seguinte resposta:

O grande desafio da educação do campo é tentar ensinar para o estudante essa questão dele saber quais são os limites dele nessa questão o que são direitos e deveres. Isto está previsto também na LDB, mas a gente sabe que na escola tradicional isso deixa um pouco a desejar né. E na nossa escola não, a gente tenta o máximo possível essa questão da formação integral o aluno saber se posicionar na sociedade, saber quais são os direitos dele, quais são os deveres. É uma formação para vida em si, ele está preparado para a vida saber identificar quais são as qualidades. Outra questão é na formação técnica do estudante, ele pode ter a opção de continuar os estudos na cidade ou pode ficar em casa produzindo porque ele também tem a formação técnica. Essa questão da diminuição do êxodo rural também é importante, porque se o aluno tem a

opção de querer prosseguir seus estudos lá na cidade, mas ele tem a opção de querer crescer aqui na própria comunidade implantado projeto. (Entrevista concedida por Antônio, coordenador pedagógico em 17 de maio de 2019).

A escola pública é um direito para todos e o Estado tem a função primordial de garantir esse acesso com qualidade e que a proposta pedagógica esteja de acordo com a realidade dos alunos. Assim Farias e Hage (2016, p.1679) pensam uma educação pública de formação integral ao afirmar que:

As origens históricas da Pedagogia da Alternância, no que tange a suas concepções e princípios fazem parte do contexto das lutas dos povos do campo pela garantia de direito à educação a partir de seus referências culturais, saberes e práticas sociais (FARIAS; HAGE, 2016, p. 1679).

A relação teoria e prática na educação abre caminhos para a formação de sujeitos transformadores do mundo, no sentido de melhoramento da condição de vida dos mesmos e grupos da sociedade. Ao indagamos o coordenador pedagógico sobre como é a formação oferecida pela EFA? O mesmo relatou que:

Quando o aluno experimenta aqui na escola, ele vai para a sala de aula aprender a teoria na propriedade da escola, ele coloca em prática a teoria. Ele faz aquela experimentação e vê que dar certo, leva para a comunidade e faz o que chama de feedback lá na comunidade ele tenta implantar e as vezes tem uma certa rejeição da família. Ele volta para a escola traz esse problema para a escola, a escola vai junto nas chamadas visitas técnicas e tenta mostrar pro familiar que realmente dá certo, porque dá certo na escola. E o pai quando vem ver que dá certo, e assim que acontece a formação integral. Em relação também explicando mais ou menos como acontece também acontece com os instrumentos pedagógicos, nós temos instrumentos pedagógicos para melhorar ainda mais essa questão da formação do estudante como por exemplo o plano de estudo ele serve para gente diagnosticar possíveis problemas na comunidade. Traz esses problemas para a escola a gente discutir, traça soluções o aluno leva de volta para a comunidade e lá resolve-se o problema. (Entrevista concedida por Antônio, coordenador pedagógico em 17 de maio de 2019).

A formação por alternância é uma proposta de formação em que o projeto político da escola vai indicar que existe a necessidade que o aluno tenha esses ciclos de formação diferenciada. A Pedagogia da Alternância contempla a formação integral do aluno intercalando períodos de aprendizagem, Estevam (2012, p.31) relata a importância dessa formação:

A formação por alternância possibilita ao jovem uma maior motivação para os estudos porque proporciona ao jovem confrontar constantemente a teoria e a prática, despertando a consciência e nova visão, novos questionamentos para a solução de seus problemas cotidianos. O conhecimento aplicado a sua realidade permite uma melhor compreensão de seu meio. O diálogo constante realizado entre colegas, monitores e pais possibilita soluções de problemas enfrentados no dia a dia.

Portanto, ser monitor na EFA vai muito além de ministrar disciplinas ou aplicar os instrumentos da Pedagogia da Alternância, é cumprir o seu papel de formador crítico. A experiência vivida pelo jovem em seu meio familiar, é o ponto de partida da formação. Assim para Estevam (2012, p.74) “o papel do monitor conhecer a realidade do aluno, com o objetivo

de ajudá-lo a compreender sua situação e, a partir deste entendimento intervir para melhorá-la”. Ao questionarmos sobre quais as suas atribuições e experiência como monitor na EFA? o entrevistado relata:

E ser polivalente, primeiro porque a definição monitor ela quer diferenciar da atividade de professor. O professor é aquele que chega e traz o seu plano de aula, aplica sua aula suas atividades e vai para casa. O monitor é aquele que chega convive e na medida do possível interfere na convivência tanto dos alunos como a da escola. [...] A primeira atribuição primordial é a sala de aula, tem que ter sua carga horária em sala de aula. Depois ele tem que se aprofundar claramente na Pedagogia da Alternância para poder saber aplicar os instrumentos pedagógicos, nossa pedagogia trabalha com vários instrumentos pedagógicos e em última instância, ser plantonista de modo bem descontraído para aquilo não se torne rotina na vida dos alunos e auxiliar naquilo que ele precisar caso o aluno adoeça providenciar medicamento, tem que saber o que que tem e deixar tudo documentado para que o outro plantonista tenha conhecimento do que está transcorrendo na escola durante a seção. (Entrevista concedida por Francisco, monitor em 24 de maio de 2019).

O sistema de internato ou semi-internato vivenciado pelos alunos contribui de forma significativa para novas representações sobre os papéis desempenhados pelos alunos, monitores na dinâmica da alternância. Além disso, favorece a escola novas práticas educativas, oferecendo uma educação reflexiva sobre a realidade dos jovens e monitores. Sendo a principal característica da Pedagogia da Alternância o sistema de internato, assim ao indagarmos aos entrevistados sobre as diferenças da EFA para escola tradicional descreveram as seguintes respostas:

Para mim foi um pouco estranho, porque quando eu vim para cá eu não conhecia ninguém. Achei estranho porque como a gente passa 15 dias aqui e 15 dias em casa é um pouco estranho porque como a gente está acostumado a ir todo dia para a escola e aqui a gente sente falta de casa e quando está em casa sente falta dos amigos daqui. O jeito que os professores falam com a gente eles tem mais paciência (Entrevista concedida por Rosa, aluna em 22 de maio de 2019).

Era diferente né, mas eu tive que me acostumar eu achei bom. Aqui tem mais matéria. Os professores conversam mais com a gente (Entrevista concedida por João, aluno em 22 de maio de 2019).

Essa vivência em internato, em que o aluno fica duas semanas longe da sua comunidade, estabelece uma estratégia educativa que possibilita aos jovens uma reflexão sobre sua realidade. Contribuindo para uma nova percepção e estimulando uma nova visão do contexto familiar, da comunidade e questões presentes na sua realidade sócio-econômica que passam a constituir como objetos de formação.

A diferença é porque na escola convencional você vai todo dia para a escola, ai todos nós sabemos que na zona rural não tem tempo para estar respondendo atividades direto, a gente tem que trabalhar. [...]Por isso eu acho a diferença muito grande, essa escola aqui não, você tem 15 dias em casa leva suas atividades, você responde todas elas tem tempo suficiente estuda e brinca também (Entrevista concedida por Joaquim, ex-aluno 22.05.19).

As EFAs através do seu princípio pedagógico, a Pedagogia da Alternância, buscam valorizar as situações experiências dos estudantes e seus familiares. Para Chaves e Foschiera (2014, p.82) “Esta proposta pedagógica e metodológica propõe atender as necessidades de articular educação e trabalho, para que os indivíduos tenham acesso à escola sem ter que parar de trabalhar nas propriedades familiares”.

Nesse contexto, a educação engloba o ambiente familiar e a realidade onde vive interagindo com a escola, tal entendimento e observado nos relatos dos informantes que destacam o quanto o processo de relacionar a vida com os conhecimentos científicos constroem diferenças na aprendizagem. Ao questionamos os ex-alunos, você se sente representado pela EFA? Os entrevistados referiram:

É uma escola com que eu me identifico com ela na zona rural, trabalha com as questões da comunidade desde do comportamento na família e na comunidade, religião tudo isso está relacionado a isso que a gente faz. No início a gente fazia tudo isso até agora a gente leva trabalho para comunidade fazer, falar sobre a comunidade, sobre higiene, filtro essas coisas assim. Que hoje em dia na nossa comunidade tem muitas pessoas que não sabem o valor importante que é a questão da higiene da pessoas (Entrevista concedida por Joaquim, ex-aluno em 22 de maio de 2019).

Representa nossa identidade, e também fala da gente não ter que sair do campo para estudar e sim trazer a escola para dentro do campo. De conscientizar o aluno que ele não deve estudar para ir embora, mas sim estudar e mesmo que passe um tempo fora trazer esse conhecimento para dentro da comunidade e foi isso que eu aprendi lá. (Entrevista concedida por Alice, ex-aluna em 24 de maio de 2019).

Quando defende-se a formação de educadores para o campo, com uma formação específica, estamos lutando pela ampliação do direito a educação e à escolarização no campo. Para Nascimento (2006, p.876) “o campo necessita de políticas públicas a fim de romper com o processo de discriminação, fortalecer a identidade cultural negada às minorias e garantir o atendimento diferenciado”.

A propósito no que se refere as dificuldades encontrada na EFA, os entrevistados foram unânimes em suas respostas, afirmando que a falta de recursos financeiros e investimento do poder público impossibilita a escola oferecer uma educação de qualidade e atender as especificidades das comunidades.

Realmente faltar! falta muita coisa, porque se você chegar entrar nela todinha visitar toda a área em todo lugar ela falta um pouco, ela não está completa como uma escola do estado do município. [...] então hoje o apartamento está faltando um bocado de coisa que nós deveríamos ter o poder público olhar para a situação primeiro nós não temos um poço artesiano. A gente consegue tomar aqui com um cacimbão que tem quando dar lá para outubro e obrigado trazer água de Codó para cá e obrigado a está toda semana lá na prefeitura pedindo um carro, as vezes o secretário até se aborrece com a gente. Mas é dever deles, porque eles deveriam fazer o poço, então e um bocado de coisinha que faltam para nós temos uma escola um nível melhor um pouco (Entrevista concedida por José, pai de aluno em 22 de maio de 2019).

Em termos de dificuldades, o assunto no qual se trata a última categoria é possível perceber que os entrevistados concordam fortemente que a falta de investimentos financeiros prejudica a qualidade da educação ofertada pela EFA.

No caso da vivência da escola e administrativo o maior desafio é financeiro uma escola como esta, o aluno tem um custo alto para que se tenha uma qualidade de convivência e tudo teria vamos dizer assim que o custo dele fosse 3 vezes mais caro que hoje o aluno da escola pública comum, então nesse caso a nossa escola em específico sofre muito o desafio econômico. [...]No campo pedagógico o que a gente sofre muito e a instabilidade do grupo de professores, porque quando você consegue dar preparação. Porque para trabalhar na Pedagogia da Alternância tem que passar por preparações para poder conhecer todos os passos, você terminar formar uma equipe e há necessidade de desistência (Entrevista concedida por Francisco, monitor em 24 de maio de 2019).

As dificuldades encontradas vou falar da primeira que para mim e mais importante era alimentação que era precária. Porque os professores mesmo que em situações que não tinha professores suficientes, eles assumiam disciplinas se desdobravam se viravam em 2 em 3 para dar conta do conteúdo. Mas a questão da estrutura física, de alimentação, de água potável que a gente muitas vezes não tinha. Isso aí atrapalhou muito. Infelizmente não tem o apoio que deveria a escola vive aos trampo e barrancos todos os anos tem ameaça de fechar (Entrevista concedida por Alice ex-aluna em 24 de maio de 2019).

Ao analisar as dificuldades apresentadas pelos entrevistados nota-se que a luta pela educação está sempre em evidência a todo momento. Antes, a luta era pelo acesso, depois a qualidade e hoje no nosso atual cenário político novamente se luta pelo acesso, qualidade e permanência dessa educação.

#### 4.6 Conclusão da pesquisa de campo

Pesquisar não é uma tarefa simples, implica em uma curiosidade peculiar sobre determinado fenômeno e envolve um objeto a ser analisado. É muito importante a escolha dos métodos e das técnicas utilizados que devem ser coerentes com a proposta de estudos e objetivos da pesquisa. No decorrer da pesquisa encontramos alguns desafios principalmente no que se refere à coleta de dados na Secretaria de Educação devido à falta de informações sobre a história da educação no campo do município de Codó.

Na pesquisa de campo no primeiro momento a dificuldade foi encontrar o campo de pesquisa devido a escola está localizada na zona rural, cujo acesso é difícil. Devido ao local da comunidade da comunidade estar rodeado por vegetação densa e não possui identificação. Além disso a distância de 40 km de Codó e a disponibilidade dos entrevistados. No entanto, a pesquisa de campo ocorreu de maneira satisfatória. A EFA é um ambiente muito agradável, as pessoas

receptivas e os entrevistados foram bastante participativos por meio de suas contribuições enriqueceram esse estudo.

Durante às visitas na EFA ficou evidente a relação familiar, de acolhimento e o cuidado de um para com o outro, para a vivência em harmonia. O sistema de internato, característica da Pedagogia da Alternância possibilita aprendizagem da vida em grupo, normas elementares de convivência e a execução de tarefas na manutenção do internato como situações educativas que contribuem para o desenvolvimento da responsabilidade dos alunos.

Na escola pesquisada há um quadro em que constam tais tarefas: limpeza de louça, refeitório, sala de aula, pátio, secretaria, sala de monitores, dormitório, lixeiro, banheiros, horta. Há um documento que fora discutido e aprovado pelos estudantes sobre as normas e habilidades de convivência do grupo e nele estão contidas as orientações para a realização dessas tarefas. O processo de divisão das tarefas, é feito da forma participativa e um dos critérios adotados é o rodízio, de maneira que os estudantes possam participar de todas elas durante as 10 sessões escolares previstas no calendário da EFA.

É interessante destacar que a perspectiva de educação desenvolvida na EFA, tem uma implicação direta no desenvolvimento, não só do estudante e de sua família, como também na melhoria das condições da comunidade. Isto ficou evidente durante as entrevistas, todos os entrevistados durante as suas falas destacam a importância de levar o conhecimento adquirindo na EFA para a sua comunidade, assim como apresentam características de lideranças, reconhecem sua identidade cultural e compreendem que a educação é uma necessidade primordial e deve ser valorizada e oferecida de qualidade considerando a realidade dos educandos.

## 5 APONTAMENTOS FINAIS

A Educação do Campo, tem sua origem nas lutas e reivindicações de trabalhadores e trabalhadora do campo, em oposição ao paradigma da educação rural concepção de atrasados e excludente. O termo “campo” compreendemos como território e espaço de produção, de relações com a natureza e a cultura, lugar onde se pode viver como sujeitos emancipados.

As conquistas dos movimentos sociais do campo, foi possível aprendemos os marcos legais que reconhecem e legitimam os direitos voltados para educação da população que vive no campo. São muitos desafios que precisam ser superados, para isso, os educadores têm papel importante, para resgatar a cultura e o significado de viver no campo com dignidade e, ainda, instrumentalizar seus alunos para que possam ver o lugar a partir de sua realidade. Sendo a EFA parte dessa conquista, mas sua efetivação necessita ser reivindicada constantemente.

A EFA realiza suas ações pedagógicas em consonância com o desenvolvimento de diversos saberes, contribuindo assim, com o processo de construção da identidade camponesa, na busca do conhecimento para a formação integral e desenvolvimento sustentável desses sujeitos. Percebe-se ainda que a repercussão das atividades desenvolvidas nas famílias-comunidades, visam à formação de um cidadão mais politizado, que luta pelos seus direitos.

Considerando o objetivo da pesquisa que foi analisar as especificidades da Pedagogia da Alternância que orienta o projeto político pedagógico da Escola Família Agrícola Rita Lore Winckel, é possível afirmar que este foi alcançado tendo em vista todo o processo desde do levantamento teórico, observação e coleta de dados através das entrevistas. Os relatos deixaram evidente que a Pedagogia da Alternância, como prática pedagógica, contribui de forma gradativamente para a Educação no Campo.

Os objetivos específicos da pesquisa, conhecer os princípios e metodologia da Pedagogia da Alternância na EFA; discutir a importância das escolas que representam a identidade da comunidade camponesa e propor discussões sobre a formação de professores para atuar na Educação no Campo também foram atingidos pois através das discussões acerca do Curso de Pedagogia da Terra compreendemos a Educação do Campo e a formação de educadores do campo encontram-se em desenvolvimento. Propõe áreas de conhecimento previstas para a docência em consonância com realidade social e cultural específica das populações do campo.

Vimos, nos testemunhos orais, dos participantes das entrevistas que todos tem um posicionamento político, por entenderem que a educação não é neutra. A EFA possui essa vertente na clara formação integral envolvendo escola, trabalho, família e cidadania. Em suma,

há muitos desafios a serem superados no que se refere à estrutura, financeiro, formação específica de professores para o campo, políticas educacionais e no entanto a luta pela educação é constante.

Os sujeitos da educação do campo são pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente, sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária, sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo. O movimento por uma Educação do Campo vincula a luta por educação om o conjunto das lutas pelas transformações das condições sociais de vida no campo.

Não pretendemos esgotar este assunto, sem antes manifestar sua importância e o quanto necessita ser estudado, devido sua relevância e principalmente por entender que é uma nova forma de produção de conhecimento no âmbito das universidades. As lacunas e os desafios indicados devem ser usados como referência para o surgimento de novas pesquisas nos diferentes níveis de formação especialmente em cursos de Mestrado e Doutorado. Nesse sentido, fica a sugestão de haver uma continuidade do estudo, pois se trata de um assunto pouco explorado e que precisa ser melhor investigado de modo a contribuir com a formação e conhecimentos dos futuros profissionais que tenham interesse em atuar nesse segmento da educação.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M, G. **Políticas de formação de educadores (as) do campo**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acessado em 28 de julho de 2018.

BENTES, Glez Rodrigues Freitas. COLARES, Anselmo Alencar. A CASA FAMILIAR RURAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: história de resistência do movimento social no oeste paraense. **HISTEDBR On-line**. Campinas/SP, p. 267-285, set.2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000**. Brasília, 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf). Acesso em: 05 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil 1934**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616322/artigo-156-da-constituicao-federal-de-16-de-julho-de-1934>. Acesso em: 12 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil 1937**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10614355/artigo-129-da-constituicao-federal-de-10-de-novembro-de-1937>. Acesso em: 12 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil 1946**. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br/topicos/10613249/artigo-168-da-constituicao-federal-de-18-de-setembro-de-1946](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10613249/artigo-168-da-constituicao-federal-de-18-de-setembro-de-1946). Acesso em: 12 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11624047/artigo-32-da-lei-n-4024-de-20-de-dezembro-de-1961>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 1996. 58 p.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.099, de 11 de junho de 2014. Plano Estadual de Educação.** Disponível em: [http://www.educacao.ma.gov.br/files/2016/05/suplemento\\_lei-10099-11-06-2014-PEE.pdf](http://www.educacao.ma.gov.br/files/2016/05/suplemento_lei-10099-11-06-2014-PEE.pdf). Acesso em 13 de julho de 2019.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa. A Educação do Campo no Brasil: uma história que se escreve entre avanços e retrocessos. **Espaço acadêmico**, Santa Maria/ RS, v.11 n.121p.116-122, junho.2011.

CALDART, Roseli Nunes; Kolling, Edgar Jorge. **O MST e a educação.** In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis: vozes. 1997.

CALDART, Roseli Salete (Orgs.). **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas.** – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002, p.77-98.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. **Currículo sem fronteiras**, v.3, n.1, p.60-81, Jan-Jun.2003.

CAVALCANTI, C, R. **O movimento nacional por uma educação do campo e os desafios da construção de políticas públicas para a educação do campo no Maranhão** In: COUTINHO, A, F (Org.). Sobre políticas Educacionais no Brasil: interpretações acerca de lutas, conquistas e os desafios para a educação no século XXI. -São Luís: EDUFMA, 2009.

CAVALCANTI, C. R. **O movimento pela educação do campo: contexto histórico e fundamentos político-pedagógicos.** s/d. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11\\_educacao/o-movimento-pela-educacao-do-campo-e-os-desafios-da-construcao-de-uma-politica-publica-de-educaca.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11_educacao/o-movimento-pela-educacao-do-campo-e-os-desafios-da-construcao-de-uma-politica-publica-de-educaca.pdf)>. Acesso em 25 de agosto de 2018.

CHAVES, Kênia Matos da Silva. FOSCHIERA, Atamis Antônio. PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: escola família agrícola, casa familiar rural e escola itinerante. *Revista pegada*, Tocantins, v.5, n.2, p.76-94, dez.2014.

CASTRO, Gilda de. **Professor submisso, aluno-cliente: reflexões sobre a docência no Brasil.** Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

COSTA, C. M. **Modernidade e atraso na educação pública maranhense: Uma análise dos discursos governamentais (1966 a 1979).** São Luís, 2008. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/curso/monopdf2007.2/8.pdf>>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

DANTAS, Vanessa Amorim; BAUER, Carlos. **O ensino público maranhense em tempos de ditadura civil-militar.** 2015. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/o-ensino-publico-maranhense-em-tempos-de-ditadura-civil-militar.pdf>>. Acesso em 15 de agosto de 2018.

ESTEVA, Dimas de Oliveira. **Casa Familiar Rural: a formação com base na pedagogia da alternância**. 2ª ed. Editora Insular, 2012,232p.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: um olhar histórico, uma realidade concreta**. Revista eletrônica de educação. N. 09, 2011, p.14. IBGE (2010) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Censo Demográfico 2010. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 10/08/2018.

JESUS, José Novais de. A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás, **Revista Nera**, Goiânia/GO, v.14 n. 18 p. 07-20 jan/jun. 2011.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez,1999.

LIMA, Humberto Rodrigues de, SECORUM. Leticia Bassetto, FERREIRA. Maria das Graças, BURQUE. Vera Lúcia. **A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: aproximações teóricas possíveis**. In: Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), 12,2015, Londrina/PR. **Anais....** Londrina/PR: Congresso Nacional de Educação, 2015.

MACEDO, M. Sousa; COUTINHO, A. F. **O contexto das políticas públicas para a educação básica no campo na primeira década do século XXI no estado do Maranhão**. 2013. Disponível em: <[www.joinpp.ufma.br/joinpp2013/JornadaEixo2013/estadolutassociaisepoliticasp](http://www.joinpp.ufma.br/joinpp2013/JornadaEixo2013/estadolutassociaisepoliticasp)>. Acesso em 07 de agosto de 2018.

MARQUES, Tatyane Gomes. **Pedagogia da Terra: significados da formação para educadores e educadoras do Campo**. 2010. 184f. Dissertação de Mestrado (Mestre em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG. Belo Horizonte,2010.

MARTINS, Fernando José. A Pedagogia da Terra os sujeitos do campo e do ensino superior. **Educação, Sociedade & Culturas**, Foz do Iguaçu/PR, n.36, p.103-119,2012.

MENDONÇA, Carlos Magno Soeiro; SILVA, José Jonas Borges da; AZAR, Zaira Sabry. **A educação do Campo no Maranhão: algumas considerações**. In: simpósio internacional de geografia agrária, VIII, 2017, Curitiba-PR. **Anais...** Curitiba/PR: geografia agrária.2017. 1 a 5 de Nov.p.01-11.

MIRANDA, Aline Silva Sousa de; RODRIGUES, Ubiratane de Morais. **Gestão Educacional do Campo: um olhar panorâmico sobre a realidade do Maranhão**. UemaNet, São Luís, 2010.

MOLINA, C, M. JESUS, M, S, A, J, de. **Contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil Reflexões a partir da tríade: Campo – Política Pública – Educação**. In: SANTOS, Clarice Aparecida; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire dos santos de (org.). **Memória e História do PRONERA: Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

MOLINA, Mônica Castagna. Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as políticas de formação de educadores, **Educ. Soc**, Campinas/SP, v. 38, n.140, p. 587-609, jul-set. 2017.

PIATTI, Célia Beatris. Pedagogia da Alternância: espaços e tempos educativos na apropriação da cultura. **Boletim GEPEP**, Campo Grande/MS, v.03, n.05, p.48-64, dez.2014.

RODRIGUES, Hanslilian Correia Cruz, BONFIM, Hanslivian Correia Cruz. **A educação do campo e seus aspectos legais**. In: EDUCERE congresso nacional de educação, 13, 2010, Belo Horizonte- MG. **Anais....** Belo Horizonte/MG: EDUCERE, 2010, p.1374-1386.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**, São Paulo/SP. Editora Best Seller, 1999.

SILVA, Fábio Dantas de S. **Curso Pedagogia da Terra: uma análise do processo de formação de Educadores do Campo na Bahia**. In: Reunião Nacional da ANPED, 37ª, 2015, Florianópolis-SC. **Anais...** Florianópolis/SC: UFSC.2015.

SILVA, M. S. **Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história**. 2004. Disponível em: <[http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao\\_do\\_Campo\\_eDesenvolvimento\\_Sustentavel.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao_do_Campo_eDesenvolvimento_Sustentavel.pdf)>. Acesso em 14.08.2018.

TIEPOLO, Elisiane Vitória. **Paulo Freire e a luta pela educação no MST**. In: Congresso Nacional de Educação, 12, 2015, Paraná-PR. **Anais....** Paraná/PR: EDUCERE.2015.

VIZOLLI, Idemar. AIRES, Helena Quirino Porto. BARRETO, Mylena Gonçalves. A pedagogia da alternância presente nos projetos políticos- pedagógicos das Escolas Famílias Agrícolas do estado de Tocantins. **Educação Pesquisa**, Arraias/TO, v.44, p.01-17 Jan.2018.

**APÊNDICES**

## **ROTEIRO PARA ENTREVISTA**

### **Entrevistas semiestruturadas**

#### **1-IDENTIFICAÇÃO - COORDENADOR PEDAGÓGICO**

**Idade:**32

**Sexo:** masculino

**Etnia:** quilombola

**Renda familiar:**2.900

**Formação:** Licenciatura em Matemática

**Tempo de atuação na EFA:** 7 anos

**Origem (onde nasceu):** Lago do Junco

#### **1) Quais os benefícios da Educação do Campo ofertada pela EFA, trouxe para Codó?**

Em relação a Escola Família aqui da gente né, que a gente pode falar. Os benefícios que a gente pode digamos assim quantificar são a formação integral do estudante; uma melhor aceitação dos nossos estudantes nas escolas públicas. A gente tem referência de que quando os nossos alunos chegam no instituto federal a recepção é diferente quando se apresenta como alunos da EFA, eles não perdem a identidade dele. Ele fala que aluno de EFA, que é filho de agricultor, filho de lavradora essa questão da identidade que e muito interessante.

E a escola trabalha aqui com o aluno para ele não perder a identidade dele né, e quando ele vai para zona rural leva isso com ele não perde a identidade. Mas o benefício mais importante que a Escola Família Agrícola para o estudante e a formação integral, a formação para vida né.

Porque o grande desafio da educação do campo e tentar ensinar para o estudante essa questão dele saber quais são os limites dele nessa questão o que são direitos e deveres.

Isto está previsto também na LDB, mas a gente sabe que na escola tradicional isso deixa um pouco a desejar né. E na nossa escola não, a gente tenta o máximo possível essa questão da formação integral o aluno saber se posicionar na sociedade, saber quais são os direitos dele, quais são os deveres. É uma formação para vida em si, ele está preparado para a vida saber identificar quais são as qualidades.

Outra questão e na formação técnica do estudante, ele pode ter a opção de continuar os estudos na cidade ou pode ficar em casa produzindo porque ele também tem a formação técnica. Essa questão da diminuição do êxodo rural também e importante, porque se o aluno tem a opção de querer prosseguir seus estudos lá na cidade, mas ele tem a opção de querer crescer aqui na própria comunidade implantado projeto.

Aqui na Escola Família a gente um, no 9º ano o aluno sai com o PPJ que é o Projeto Profissional do Jovem também em outras escolas e conhecido como POP o Projeto de Orientação Profissional ele defende esse projeto como se fosse um TCC da universidade por exemplo. Quando ele defende esse projeto, ele tem a opção de deixar ou não no papel, ele pode buscar subsídios nos bancos. Ele já sai com o projeto pronto para progredir.

Então o principal benefício que a Escola Família pode quantificar em relação ao estudante e a formação integral.

#### **2) Como é a formação oferecida pela EFA?**

A formação integral parte de 2 questões interessante se você pegar o nome da Escola Família ao pé da letra ela explica essa questão. Então escola porque ensina todas as disciplinas tradicionais da escola convencional português, matemática, ciências e as outras né. Família porque trabalha esse sentimento de fraternidade entre os estudantes, o estudante quando ingressa na Escola Família Agrícola ele entende que o companheiro dele por mas que seja da comunidade passa ser um irmão. Tem também a questão da família, escola família então a família trabalha essa questão da fraternidade. Agrícola porque também desenvolve, aqui a escola serve como laboratório de implantação das técnicas agrícolas.

Quando o aluno experimenta aqui na escola, ele vai para a sala de aula aprende a teoria na propriedade da escola ele coloca em prática a teoria. Ele faz aquela experimentação e vê que dar certo, leva para a comunidade e faz o que chama de feedback lá na comunidade ele tenta implantar e as vezes tem uma certa rejeição da família. Ele volta para a escola trás esse problema para a escola, a escola vai junto nas chamadas visitas técnicas e tenta mostrar pro familiar que realmente dar certo, porque dar certo na escola. E o pai quando vem ver que dar certo, e assim que acontece a formação integral.

Em relação também explicando mais ou menos como acontece também acontece com os instrumentos pedagógicos, nós temos instrumentos pedagógicos para melhorar ainda mais essa questão da formação do estudante como por exemplo o plano de estudo ele serve para gente diagnosticar possíveis problemas na comunidade. Traz esses problemas para a escola a gente discute, traça soluções o aluno leva de volta para a comunidade e lá resolve-se o problema.

Um dos problemas que a gente pode citar que resolveu nessa relação escola e família na questão formação integral por exemplo hortaliças as famílias antes da Escola Família não tinham o hábito de cultivar horta em casa, a produzir seu próprio alimento sem agrotóxico sem veneno a partir da agroecologia. Então com a chegada do aluno na Escola Família Agrícola quando ele percebe que ela trabalha essas questões da horta, a implantação da horta caseira e da horta medicinal através do cultivo agroecológico ele leva para casa dele e implanta na casa dele.

Outra questão que a gente percebe que evoluiu foi a questão do uso das fossas assépticas, pois lá na comunidade digamos que o aluno tem o hábito de fazer suas necessidades fisiológicas a céu aberto, aqui na escola ele percebe que é diferente. Então ele volta para a comunidade ele implanta a questão da fossa asséptica, outro problema que a gente encontrou na comunidade que a Escola Família Agrícola conseguiu ao menos nas casas dos estudantes filtros antes não tinha tomavam água direto do pote, direto do poço aqui perceberam a importância do filtro de tomar água filtrada.

A questão do lixo, não jogar lixo a céu aberto aqui a gente trata o lixo de forma diferente se você chegar em uma escola tradicional você percebe que em todo lugar tem papel espalhado aqui você vê e diferente. Então o aluno também leva isso para a casa dele e o interessante que o vizinho que vê aquela família diferente começa a ter aquela família como espelho “eu também tenho que mudar” e a mudança começa por onde? Pegando o filho dele e mandando para a escola também o aluno também e como um instrumento de divulgação da escola do projeto. É uma série uma infinidade de benefícios e ações que a escola pode trazer para a comunidade.

### **3 Quais os principais desafios da EFA?**

O principal desafio dessa escola aqui é a água, nós tínhamos um poço artesiano ele foi feito e ele quebrou embaixo. Segundo o engenheiro que vieram aí falou que embaixo tem uma cratera ela foi e quebrou o poço então o poço não presta mais, então nosso principal desafio hoje é a água a questão de água porque na época seca mais ou menos setembro até dezembro a gente depende da prefeitura exclusivamente da prefeitura. A prefeitura manda para cá toda quinzena 1 ou 2 carro pipa de água, essas caixas todas no chão e para no verão a gente usar. Então o grande desafio é esse água.

Outro desafio e questão também da idade dos estudantes que mudou o público mudou, assim que a EFA chegou os alunos chegavam no 6º ano com 13 ou 14 anos de idade hoje estão entrando com 10 ou 11 anos. Houve uma redução muito grande do estudante porque a família também não sente confiança de mandar um menino muito pequenino para a escola, então a questão do número de estudante e um desafio para a escola porque a gente tem que, se não tiver estudante não tem escola então vem diminuindo cada vez mais quantitativo devido essa mudança de idade. E também devido ao número de escolas nas zonas rurais que aumentou apesar do prefeito ter feito uma nucleação mais mesmo assim, esse número de estudante diminuiu devido a isso, eles terem mais opções outras opções.

Então a água e um desafio aqui, a relação da escola com o setor público não é muito boa todo ano é uma briga para assinar convênio assina não assina. Porque digamos veja bem a escola e da família correto e dos pais, mas os pais não consegue pagar funcionários e professores. Os pais conseguem fazer o que ajudar na alimentação, ajudar em material de despesa e ajudar na própria associação dos pais, mas pagar funcionários não tem condições, então isso depende dessa relação da prefeitura e com o Estado com o estado a UFAMA se encarrega de brigar que é nossa associação estadual agora aqui com a prefeitura todo ano e uma briga porque apesar do projeto ser nobre, mas a gente sabe que o governo não entende assim e diferente.

Aqui na escola Capinzal no ponto de vista financeiro a escola é muito bem organizada, porque eles tem o apoio da prefeitura já em forma de lei e lei não precisa mais estar brigando. Então faz tempo que a gente tenta fazer isso aqui, mas aqui é um pouco mais complicado. A estrutura do prédio também é um desafio porque requer manutenção e para ter manutenção precisa de dinheiro outro desafio da escola aqui são insumos agrícolas que precisa também o que tem que comprar nós não temos subsídios para isso, apoio financeiro de modo geral carece bastante.

A gente carece por exemplo de vigilante que são os vigias são os próprios professores. Também tem os desafios das próprias famílias da formação familiar entendeu? Porque é muito bonito no papel, mas que vai na prática não é bem assim a gente encontra várias famílias que ainda não entendeu o projeto devido à falta de formação mesmo de seminários que está inclusive previsto no nosso projeto político pedagógico que as vezes por questões financeiras não dar para fazer tudo.

#### **4 COMO VOCÊ SE SENTE FAZENDO PARTE DA EAF?**

Eu me sinto com desafio enorme, apesar de ser gratificante, apesar do projeto ser nobre ser interessante mais o desafio aqui é muito grande devido a todas as essas problemáticas que acabei de citar todo ano a gente briga com o governo estão me sinto assim com esse desafio. Mas me sinto encorajado pela equipe que não desanima aqui a gente passa as vezes passa de Fevereiro até Abril sem receber nenhum centavo, mas todo mundo vindo sem faltar então é estimulante trabalhar aqui devido essa harmonia que existe entre os profissionais o que diz respeito a missão da escola. A escola tem a missão de formar o jovem de maneira integral todo mundo estar engajado para isso, então por ventura alguém desanima aí quando vê a equipe inteira trabalhando não tem como desanimar.

E quando você vê por exemplo depoimento de pais falando que a escola mudou a vida do filho dele e conseqüentemente mudou a vida da família isso é muito gratificante para a gente. Então a gente se sente assim, apesar de se sentir com o desafio enorme nas costas mas se sente também grato no sentido de gratidão porque está vendo que dar certo o projeto. Imagine eu posso me colocar como exemplo que deu certo, sou um ex aluno de família agrícola eu estudei 4 anos na Escola Agrícola de São Emanuel lá na cidade de Lago do Junco de lá a gente fez o seletivo para a Escola Agrotécnica, passei me formei em técnico em agropecuária, passei no vestibular para formar em matemática no último período já defendendo a monografia já passei no concurso do

município para professor. Então vêm dando certo, eu devo tudo isso a Escola Família Agrícola eu posso dizer isso a questão da formação e diferente demais então e assim que a gente se sente.

## 1-IDENTIFICAÇÃO – MONITORES

**Idade:** 47 anos

**Sexo:** masculino

**Etnia:** negro/índio

**Renda familiar:** 3.000

**Tempo de moradia na comunidade:** 44 anos

**Origem (onde nasceu):** Quilombo Centro do Canuto/MA

### 1) Como é ser monitor na EFA? quais suas atribuições?

E ser polivalente, primeiro porque a definição monitor ela quer diferenciar da atividade de professor. O professor é aquele que chega traz o seu plano de aula, aplica sua aula suas atividades e vai para casa. O monitor é aquele que chega convive e na medida do possível interfere na convivência tanto dos alunos como a da escola. E o monitor tem a obrigação de fazer o acompanhamento de cada aluno principalmente no seu dia de plantão no caso hoje eu sou plantonista eu tenho que no final do meu plantão amanhã qualquer coisa alteração deixar relatada em documento para que o próximo monitor sabe o que vai acontecer ou o que está acontecendo.

A primeira atribuição primordial é a sala de aula, tem que ter sua carga horária em sala de aula. Depois ele tem que se aprofundar claramente na Pedagogia da Alternância para poder saber aplicar os instrumentos pedagógicos, nossa pedagogia trabalha com vários instrumentos pedagógicos e última instância ser plantonista de modo bem descontraído para aquilo não se torne rotina na vida dos alunos e auxiliar naquilo que ele precisar caso o aluno adoecido providenciar medicamento, tem que saber o que tem e deixar tudo documentado para que o outro plantonista tenha conhecimento do que está transcorrendo na escola durante a seção.

### 2) Qual a metodologia utilizada?

Hoje eu não sei se eu tenho mais uma metodologia, eu tentei muito trabalhar um pouquinho sobre, uma reflexão mediante os ensinamentos de Paulo Freire e agora não me lembro o nome da filha dele ela trabalhava a educação inclusiva com crianças. Mas aí eu passei a trabalhar com adolescentes e tive que fazer alguns ajustes, eu uso uma espécie de metodologia dialética, participativa observando os vários comportamentos e temperamentos de cada aluno.

No meu dia a dia a educação termina uma grande coleção de conhecimentos. Então hoje eu não digo assim, eu trabalho com tal metodologia eu aplico um conhecimento de acordo com a necessidade da hora.

### 3) Quais os desafios e dificuldades encontradas?

No campo das dificuldades teríamos que separar em blocos. No caso da vivência da escola e administrativo o maior desafio é financeiro uma escola como está o aluno tem um custo alto para que se tenha uma qualidade de convivência e tudo teria que ser mais caro que o custo dele fosse 3 vezes mais caro que hoje o aluno da escola pública comum.

Então nesse caso a nossa escola em específico sofre muito o desafio econômico. As EFAs elas normalmente são apadrinhadas a maioria das escolas no Brasil são apadrinhadas por alguma organização internacional, no caso da EFA de Codó ela nasce das famílias, cresce e vive até hoje sem ter uma instituição fora e nem dentro digamos assim do âmbito privado que se comprometeu em auxiliar em nutrir essa escola financeiramente.

No campo pedagógico o que a gente sofre muito é a instabilidade do grupo de professores, porque quando você consegue dar preparação. Porque para trabalhar na Pedagogia da Alternância tem que passar por preparações para poder conhecer todos os passos, você terminar formar uma equipe e há necessidade de desistência. Claro levado a todos os punhos profissionais, familiares e no aplicar da atividade a maior dificuldade que eu encontro é a falta de material pedagógico devido a gente ter alunos recebidos oriundos das comunidades rurais onde as vezes, não quero culpar nenhum professor mas a qualidade vem muito baixa.

Nós recebemos alunos do 6º ano já aconteceu que não conhece o alfabeto e aí sem material de apoio sem material pedagógico fica muito difícil equiparar para ter um nível razoável. Fora isso, a prática do dia a dia essa ida e volta você chega em casa cansado retornar para cá sentido o cansaço do dia anterior.

Apesar que nos últimos anos a escola tem melhorado a equipe tem melhorado nesse caso porque quase todo mundo tem transporte para ir e vir, mas quando iniciamos aqui saía de carro 5:00 da manhã e chegava em casa 9:00 horas da noite porque dependia do transporte público escolar e que era esse os horários que tinha.

#### **4) Como é a relação monitor-alunos?**

A relação monitor aluno ela é assim primeiro, e uma via de mão dupla tem que haver respeito dos dois lados, quando um dos dois cede esse direito de respeito vai haver um descompasso na convivência. O monitor primeiro ele tem que ter a consciência que ele é um educador e em tudo que passar dentro da escola ele tem que usar o modo educacional desde da atividade pedagógica, administrativa a atividade extraclasse produtiva, desde da coleta do lixo a sala de aula.

Isso é a vida do monitor, agora uma coisa é bom e saber que cada um tem suas individualidades. Procura-se ter uma espécie de consenso, para que todos tenham conhecimento do quadrante consensual.

#### **5) Como você se sente fazendo parte da EFA?**

Para iniciar ou concluir, quando eu vim para cá eu vim por uma questão pessoal eu recebi o convite. Eu estudei em uma outra escola os Irmãos Lazaristas e lá a gente faz uma coisa muito parecida com os alunos daqui que a gente faz o Projeto de Orientação Profissional (POP) e lá a gente tinha que fazer uma espécie de projeto de vida e lá no meu projeto de vida eu coloquei como um objetivo fundamental trabalhar com crianças oriundas de grandes necessidades. Por que isso? Porque eu passei por essa experiência fui fazer a minha 1ª série com 14 anos de idade e eu sei o que é lá na comunidade da zona rural onde o aluno não tem como estudar é forçado a ver o tempo passar e não fazer carreira estudantil. Mas eu como eu me sinto, me sinto bem apesar dos pesares do contratempo eu gosto de trabalhar na EFA. Eu gosto de trabalhar na EFA são 14 anos que estou aqui, me sinto bem e ainda tem o gosto pelo projeto vejo muitas necessidades, mas se transpõe as capacidades da gente, transpõe as vontades nossas limitações e na medida do possível a gente vai fazendo.

<b>1-IDENTIFICAÇÃO - ALUNOS</b>
---------------------------------

**Idade:** 12 anos

**Sexo:** masculino

**Etnia:** quilombola

**Renda familiar:** não soube informar

**Curso frequentado/ série escolar:** 7º ano

**Origem (onde nasceu):** Codó/MA

**1) O que a EFA representa para você?**

Para mim aprender mais conhecimento, conhecer mais gente e saber se comunicar com as pessoas, saber falar com as pessoas.

**2) Como é a relação aluno-monitor/ professores/ corpo técnico-administrativo/ demais colegas?**

Boa

**3) Como você utiliza os conhecimentos adquiridos na efa na sua comunidade?**

Na roça

**4) Quais as diferenças de estudar na efa e na escola tradicional?**

Era diferente né, mas eu tive que me acostumar eu achei bom. Aqui tem mais matéria. Os professores conversam mais com a gente.

<b>1-IDENTIFICAÇÃO - ALUNOS</b>
---------------------------------

**Idade:** 13 anos

**Sexo:** feminino

**Etnia:** quilombola

**Renda familiar:** não soube informar

**Curso frequentado/ série escolar:** 7º ano

**Origem (onde nasceu):** Codó/MA

**1) O que a EFA representa para você?**

A escola para mim representa um lugar de conhecer novas pessoas, vou aprendendo mais e aprimorando meus conhecimentos. Aprender como se lidar com a comunidade

**2) Como é a relação aluno-monitor/ professores/ corpo técnico-administrativo/ demais colegas?**

Boa, no início eu brigava muito com meus colegas eles eram muito casqueiro.

**3) Como você utiliza os conhecimentos adquiridos na EFA na sua comunidade?**

Na roça, na horta

#### 4) Quais as diferenças de estudar na EFA e na escola tradicional?

Para mim foi um pouco estranho, porque quando eu vim para cá eu não conhecia ninguém. Achei estranho porque como a gente passa 15 dias aqui e 15 dias em casa e um pouco estranho porque como a gente está acostumado a ir todo dia para a escola e aqui a gente sente falta de casa e quando está em casa sente falta dos amigos daqui. O jeito que os professores falam com a gente eles tem mais paciência.

### 1-IDENTIFICAÇÃO – PAIS

**Idade:** 47

**Sexo:** masculino

**Etnia:** quilombola

**Renda familiar:** 1.000

**Tempo de moradia na comunidade:** 47 anos

**Origem (onde nasceu):** Comunidade Centro do Expedito/ MA.

#### 1) O que a EFA representa para sua comunidade?

Realmente ela representa futuro para os jovens, hoje na nossa comunidade nós temos vários alunos que passaram por essa escola e foi para a outra escola em Santo Antônio que no CEFAM outros pararam por ali e outros chegaram até a faculdade como eu mesmo tenho o outro menino meu mais velho que estudou aqui e foi para o CEFAM e começou a fazer a faculdade. Esse ano era para terminar ai decidi parar antes de terminar, porque o aluno que estuda numa escola como essa ele aprende tanto na prática como na teoria porque tem as horas de trabalho que a pessoa responsável leva ele para ensinar como se mexe em um canteiro com alguma coisa e com produção para a própria escola, então ele significa muitas coisas.

Tem a diferença que todo mundo sabe que nas escolas lá do município, quando ela é realmente do município a EFA e do município mas é diferenciada. O aluno lá fica à vontade, para a gente já está percebendo que você já chegou não escuta quase zuada parece que não tem ninguém e isso e a diferença que nós temos dessa escola para as outras. Nas outras você chega e uma zuada que talvez você não compreende, talvez até os próprios alunos mesmo e difícil mesmo compreender que os professores estão falando para eles e ai tem essa diferença.

Os alunos mesmo quando chegam em casa eles tem o dever que os professores passam durante os 15 dias para ele retornar, mas, porque ele estuda 15 dias aqui e 15 dias em casa. Mas os 15 dias que ele passa em casa ele leva trabalho para fazer, então ela é diferenciada das outras e o nível dessa escola ela é completamente diferente da outra, você chega hoje em qualquer lugar se e um aluno da família agrícola aqui, na hora que você chega em qualquer lugar ele vai lá se apresentar para você, vai conversar e toda diferenciada então isso que muda muito da história dessa escola aqui para as outras.

Então é um diferencial muito grande, por isso que os poder público não quer que a gente chegue lá um nível de um da classe grande chegar e tomar a vaga deles lá. Eles só querem apresentar o pessoal do poder, só as pessoas ricas mas a gente tem a capacidade de chegar lá também.

## **2) A EFA trouxe melhorias para vida da sua família? Quais?**

Eu sinto assim, porque até no caso a convivência com a pessoa e diferente porque o jeito que a gente vê hoje a maior parte dos jovens não respeitar ninguém. Porque assim, a gente não pode falar dos outros mas a gente pode falar da gente, então em casa e totalmente diferente hoje eu tenho um menino que passou aqui e em todo lugar que ele passa todo mundo elogia “rapaz esse menino e muito bem educado” mas por que? Porque a educação começou daqui, realmente a gente dar educação em casa, mas aqui e outra casa do aluno.

Cada professor tem uma função aqui e quando o aluno chega lá no interior, lá na comunidade dele ele vai passar para os pais, os irmãos. Passar para alguma pessoa que perguntar rapaz como é a EFA? Rapaz a EFA mesmo que a gente esteja em casa, então mudou muito tanto a vida da minha família como todos.

## **3) Como são as reuniões da EFA? Sente-se representado?**

Justamente porque hoje os professores que tem hoje aqui, eles são representantes da escola. Mas os donos são os pais, são os pais que são os donos, então quando é determinado um dia que tem um encontro com os pais a gente vem tratar de alguma coisa de interesse da escola.

Pelo acaso a gente está com o projeto os professores foram atrás não conseguiram, então vamos chamar os pais porque é maioria e a gente vai correr atrás e pedi lá onde a gente deve encaminhar o projeto para ser aprovado para a escola. Então a gente trata sobre os alunos na reunião, como é o comportamento, o conviver tudo a gente trata numa reunião da assembleia.

## **4 O que você acha na EFA que falta ou precisa melhorar?**

Realmente faltar! falta muita coisa, porque se você chegar entrar nela todinha visitar toda a área em todo lugar ela falta um pouco, ela não está completa como uma escola do estado do município. Hoje se você chegar aqui nos quartos acolá, eles não estão adequados como deveria ser para eles. Mas os pais estão sabendo todo o modelo dos apartamentos todinho onde menino dorme, convive porque hoje nós temos alunos aqui, mas não é dizer assim “nós temos alunos aqui mas os pais nem sabem como é que e lá. Quando ele manda o aluno para cá ele está sabendo como é o conviver aqui, então hoje o apartamento está faltando um bocado de coisa que nós deveríamos o poder público olhar para a situação primeiro nós não temos um poço artesiano a gente consegue tomar aqui com um cacimbão que tem quando dar lá para outubro e obrigado trazer água de Codó para cá e obrigado a está toda semana lá na prefeitura pedindo um carro, as vezes o secretário até se aborrece com a gente. Mas é deve deles, porque eles deveriam fazer o poço, então e um bocado de coisinha que falta para nós temos uma escola um nível melhor um pouco.

<b>1-IDENTIFICAÇÃO - EX ALUNO</b>
-----------------------------------

**Idade:** 34 anos

**Sexo:** masculino

**Etnia:** quilombola

**Renda familiar:** 980,00

**Formação:** Ensino médio completo.

**Origem (onde nasceu):** Cajazeiras/MA

### **1 Qual foi a importância da EFA na sua vida?**

Na verdade eu já tinha desistido de estudar, eu disse que não ia estudar mais. Quando um colega meu Mário Sergio chegou lá em casa e foi o tempo que começaram essa escola aqui. Foi lá em casa e disse rapaz você não quer estudar não? Rapaz não quero estudar mas não. Rapaz vai só uma semana lá ai vê se você fica ou não.

Ai eu vim, cheguei aqui ai eu fiquei rapaz aqui não dar para mim não. Eu ficava durante o dia e a noite eu ia lá para casa de noite escondido, eu não gostava mas ai depois na outra seção já foi bom demais eu gostei, não tenho nada que reclamar daqui não.

Se não fosse essa escola, hoje eu seria um “cu de cana” sei lá o que eu era mudou muito minha vida depois que eu entrei nessa escola. Porque eu estudava no 17 mas era muito corrida eu desisti só por causa disso. Ai eu disse rapaz vou ter que estudar nessa escola vou conhecer, foi só para duas semanas e ainda passei 3 anos.

### **2 Qual a diferença da EFA para a escola tradicional?**

A diferença é porque na escola convencional você vai todo dia para a escola, ai todos nós sabemos que na zona rural não tempo para estar respondendo atividades direto, a gente tem que trabalhar.

Ai eu ia para lá, chegava em casa 9 horas eu ia 7 e chegava as 9 horas ai eu disse aqui não vai dar certo não. Por isso eu acho a diferença muito grande, essa escola aqui não você tem 15 dias em casa leva suas atividades, você responde todas elas tem tempo suficiente estuda e brinca também. Ai eu falei rapaz eu vou ficar nessa escola, fiquei nunca reprovei. Eu não tenho nada que reclamar das outras escolas a escola boa quem faz e o aluno, se o aluno souber levar o que ele está querendo tranquilo. Mas depois que eu estudei nessa escola aqui foi bom demais.

### **3 Você se sente representado na EFA?**

É uma escola que eu me identifico com ela na zona rural, trabalha com as questões da comunidade desde do comportamento na família e na comunidade, religião tudo isso está relacionado a isso que a gente faz. No início a gente fazia tudo isso até agora a gente leva trabalho para comunidade fazer, falar sobre a comunidade, sobre higiene, filtro essas coisas assim. Que hoje em dia na nossa comunidade tem muitas pessoas que não sabem o valor importante que é a questão da higiene da pessoas.

### **4 Como a comunidade recebeu esses trabalhos proposto pela EFA?**

No começo foi um pouco surpreso porque nunca tinha acontecido nessa região aqui uma escola que nem essa. Ai depois eu fui colocando na cabeça das pessoas, os professores iam lá também foi conversando com eles também, ai eles foram entendendo que é importante a pessoa se sente

valorizada na comunidade e quando você chega na comunidade e faz uma coisa diferente você vai ser visto e quando você faz uma coisa errada vai ser visto também e é pior aí.

E aí a gente sempre seguiu essa linha, quando chegava na comunidade pegava minhas atividades levavam para reunião para a gente debater se assuntos questões que já falei anteriormente. Questões de higiene limpeza na comunidade essas coisas aí eles foram pegando quando chegou o tempo que a gente conversou com as pessoas lá todo mundo decidiu comprar um filtro lá na comunidade.

Foi o tempo dessa fábrica de babaçu que tem lá aí levaram vários filtros para lá e as pessoas se interessaram em comprar, porque já sabiam da importância. Porque hoje em dia nessas águas que nós temos aí, você pode observar que nesses canos por dentro fica todo aquele lodo e aquilo dali se a gente não tiver o cuidado de filtrar vai ficar dentro de nós e uma das causas que acontece doenças por isso é importante beber água filtrada.

### **5 E como é ser ex- aluno e hoje trabalhar na escola no qual você estudou?**

E bom demais porque assim, eu estou perto da minha família, tenho meu serviço aí eu acho bom porque hoje em dia, sabendo que as pessoas que saem aqui do Maranhão para outros estados sofrem muito.

<b>1-IDENTIFICAÇÃO - EX ALUNA</b>
-----------------------------------

**Idade:** 20 anos

**Sexo:** Feminino

**Etnia:** quilombola

**Cor:** preta

**Renda familiar:** 1.300

**Formação:** Ensino médio completo.

**Origem (onde nasceu):** Codó/MA

### **1 O que a EFA representa para você?**

A EFA foi a válvula de escape quando eu mais precisei, não só a minha como dos meus colegas e dos jovens que vivem ali até hoje. Porque se não fosse por ela a gente não tinha estudado.

### **2 O que melhorou na sua comunidade ter uma EFA?**

Porque antes do surgimento da EFA os alunos estudavam até a 4ª série e depois não tinha mais condições de continuar por falta de escola que desse essa continuidade e com elas os alunos conseguiram continuar e também porque as Escolas Família Agrícola não se trata apenas do ensino regular das matérias Português, Matemática entre outros. Mas sim, um ensino da formação da pessoa do cidadão ensina a conviver, a trabalhar em equipe ajudar uns aos outros.

### **3 Você sentiu representar ao estudar na EFA?**

Sim representa nossa identidade, e também fala da gente não ter que sair do campo para estudar e sim trazer a escola para dentro do campo. De conscientizar o aluno que ele não deve estudar para ir embora, mas sim estudar e mesmo que passe um tempo fora trazer esse conhecimento para dentro da comunidade e foi isso que eu aprendi lá.

### **4 Como foi sua experiência como aluna?**

Quando a gente chega lá e 6º ano, até porque chega muito criança ainda e ai tem aquela relação de pai para filho e como o nome já diz escola família. Então os alunos são irmãos os professores assume o lugar dos pais e tem muito esse acolhimento de uma pessoa se preocupar com a outra. Se chega uma pessoa que é menor mais novo ou que mesmo que seja mais velho mas não se adaptou direito aí tem aquele cuidado de conversar para convencer a não abandonar a escola. Aconteceu isso, muitas vezes tanto na minha turma quanto nas outras.

### **5 Quando aluna da EFA quais foram as dificuldades encontradas?**

As dificuldades encontradas foi falar da primeira que para mim e mais importante era alimentação que era precária. Porque os professores mesmo que em situações que não tinha professores suficientes, eles assumiam disciplinas se desdobravam se viravam em 2 em 3 para dar conta do conteúdo. Mas a questão da estrutura física, de alimentação, de água potável que a gente muitas vezes não tinha. Isso ai atrapalhou muito.

Infelizmente não tem o apoio que deveria a escola vive aos trancos e barrancos todos os anos tem ameaça de fechar. Os pais vão professores e alunos todo mundo se une tem pais que são de outros municípios, comunidades rurais que tem os alunos que ficam naquela luta que mandam alimentação para a escola, porque tem uma contribuição bem simbólica e ai os pais mandam arroz, milho abóbora eles mandam o que eles podem para contribuir com a escola carvão.

### **6 Qual a principal contribuição da EFA para sua formação?**

Como pessoa, dessa liderança que o professor falava muito de ser liderança. De assumir o plano de liderança onde quer que você chegue e isso eu aprendi desde de muito cedo e sou muito grata a eles por isso.

Infelizmente não tem o apoio que deveria a escola vive aos trancos e barrancos todos os anos tem ameaça de fechar. Os pais vão professores e alunos todo mundo se une tem pais que são de outros municípios, comunidades rurais que tem os alunos que ficam naquela luta que mandam alimentação para a escola, porque tem uma contribuição bem simbólica e ai os pais mandam arroz, milho abóbora eles mandam o que eles podem para contribuir com a escola carvão.

### **7 Como e ser aluna da EFA e chega na Universidade?**

A própria educação já é excludente, ela não é inclusiva ela é exclusiva quando ela chega e te diz que você tem que seguir tais padrões mas ela não te dar condições para chegar esses padrões. Quando eles não invertem na educação do campo e quer que esses alunos lá zona rural tenham que competir de igual para igual com os alunos que estudam na cidade ou nas escolas privadas e ai a gente vê essa diferença.

E eu sinto sim, muitas vezes dificuldades em algumas coisas, mas eu sou muito grata aos professores que eu tive a minha família também. Porque e aquela questão de dizer assim que para quem nasceu pobre na zona rural a maior rebeldia e você estudar e você provar para as pessoas não provar de jogar na cara. Mas deles verem que você está conseguindo tudo aquilo que eles disseram que vocês não conseguiriam. E quando cheguei na UFMA me sentia perdida, mas agora fui me encaixando e estou aqui.